



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**

**PRESIDENTE: AURÉLIO NOMURA**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 03 DE DEZEMBRO DE 2019

**OBSERVAÇÕES:**

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Bom dia a todos.

Com a presença do Vereador Claudio Fonseca e Ricardo Nunes, sob a proteção de Deus declaro abertos os trabalhos da 21ª audiência pública que a Comissão de Constituição e Justiça e Legislação Participativa realiza no ano de 2019.

Informo que esta reunião é transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.saopaulosp.leg.br](http://www.saopaulosp.leg.br), *link* Auditórios *on-line*.

A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral no mesmo endereço, no *link* Audiências Públicas-registro escrito.

Foram convidados para esta audiência pública o Sr. Bruno Caetano, Secretário Municipal de Educação; a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Trabalho; a Secretaria Municipal da Fazenda; a Secretaria Municipal de Turismo; o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA. Convido as autoridades presentes para comporem a Mesa.

A pauta da presente audiência pública tem os seguintes PLs: 754/19, de autoria do Executivo, que cria o Programa Mais Creches; 762/19, de autoria dos Vereadores Antonio Donato, Ricardo Nunes, Isac Felix, Quito Formiga, Atílio Francisco, Xexéu Tripoli, Rodrigo Goulart, Eduardo Tuma, Rinaldi Digilio, Adilson Amadeu e Fabio Riva e institui o Programa de Incentivo à Manutenção de Emprego; 698/19, de autoria do Executivo, que cria o Triângulo SP; 723/19, de autoria do Executivo, que autoriza o poder executivo a contratar operações de crédito para financiar a execução de projetos de investimento do Município de São Paulo.

Informo que as inscrições para pronunciamento estão abertas junto à Secretaria da Comissão.

Também informo as presenças: do Vereador, Líder do Governo, Fabio Riva; Sr. Rafael Vilches, representando a Secretaria da Receita Municipal.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Sr. Presidente, V.Exa. anunciou a pauta e o item um é o Programa Mais Creches. É por essa ordem que V.Exa. vai começar a audiência pública?

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – É. Até como o Vilches comunicou aqui

que ele terá de participar da CPI das Antenas, ele faz uma solicitação para que iniciemos pelo item 2, que é o PL 762/19. Se houver concordância de V.Exas. iniciamos pelo item 2. Alguma objeção da plateia? (Pausa) Ninguém.

Então, invertida a pauta, iniciamos a audiência pública pelo PL 762/19.

Tem a palavra o representante da Secretaria da Fazenda, Sr. Rafael Vilches.

**O SR. RAFAEL VILCHES** – Bom dia a todos.

Meu nome é Rafael Vilches, sou auditor fiscal lotado na Subsecretaria da Receita Municipal, departamento de tributação e julgamento.

Estou aqui para traçar alguns comentários em relação a esse PL 762 e já antecipo e entendo a sua nobre função em um momento de crise do nosso País, inclusive do Município de São Paulo, que tem a intenção, a nobre intenção, de tentar manter os empregos já existentes, face esse cenário de desemprego. Mas é importante frisarmos que estamos tratando de um programa de regularização de débito, em que você concede alguns descontos, anistias, remissões, de alguns débitos em relação às empresas aqui definidas no PL 762, que mantêm mais de 5 mil colaboradores. Então, esse seria um dos critérios para participar desse programa de incentivo e manutenção de emprego: a empresa estar em São Paulo e manter mais de 5 mil colaboradores.

Mas, na lei anterior do PPI, que tivemos em 2017, tivemos um dispositivo, o artigo 19, que eu entendo que é um óbice jurídico para a continuidade desse projeto. Artigo 19, Lei nº 16.680. No momento, o Prefeito era o Doria e ele inseriu no projeto de PPI o seguinte dispositivo: “Fica vedada a instituição de novos programas de regularização de débitos decorrentes de débitos tributários e não tributários constituídos ou não, inclusive os inscritos em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, para o interstício de, pelo menos, quatro anos após a publicação desta lei”.

Então, a intenção dele era, no início do mandato, autorizar a concessão do programa de incentivo, comprometendo-se de que no decorrer do mandato de quatro anos não haveria a instituição ou criação de nenhum novo programa de parcelamento. Em que pese a

nobre função dessa proposta, entendo que esse dispositivo já seria o suficiente, porque foi um compromisso político feito pelo Prefeito há época, inserido no programa de PPI anterior, de que ele não faria mais nenhum outro programa de parcelamento.

Então, teríamos até 2021 uma impossibilidade para a criação de novos programas de parcelamento. Então, eu entendo que esse artigo 19, da Lei nº 16.680/17, já é uma barreira inicial para a continuidade desse projeto.

Aí, passando essa análise, que já seria suficiente, eu vejo como critérios para você ingressar nesse programa é você ter mais de 5 mil empregados. Eu acho que isso já fere a isonomia, porque eu acho que você fornecer um incentivo simplesmente para as grandes empresas... Eu acho que a gente tem de fornecer incentivos também para as pequenas e médias, que eu acho que são as grandes empregadoras do Município de São Paulo.

Se não tivéssemos esse entrave do artigo 19, que é intransponível no momento, eu acho que esse projeto de lei poderia sofrer alguns ajustes, especialmente nesse critério de a empresa, para poder ingressar nesse programa de regularização, tem de ter mais de 5 mil colaboradores. Eu acho que um critério que a gente poderia utilizar no futuro, caso a gente venha a fazer um programa semelhante, é o que a Lei do Simples Nacional utiliza. Aí, temos os anexos 5 e 3. O anexo 5 dá uma carga tributária maior para a empresa, e o anexo 3 dá uma carga tributária menor. Então, as empresas preferem ficar no anexo 3 em vez do anexo 5. E, aí, como é que você decide? Você não decide em relação ao número de empregados, mas a relação entre o que você gasta com os empregados e a sua receita.

Então, aqueles que têm uma relação alta, que gastam muito com folha em contrapartida com a sua receita bruta, esses merecem ser submetidos a uma carga tributária menor, e, aí, submetidos ao anexo de tributação menor.

Então, eu acho que em vez de utilizarmos o número de empregados, a gente deve utilizar a relação do que você gasta com folha de pagamento e a sua receita. Eu acho que se, no futuro, a gente vier a utilizar um programa de parcelamento, de regularização de débito nesses moldes, eu acho que em vez de utilizar o número de empregados, a gente deve utilizar

a relação folha de pagamento/receita bruta da empresa.

O outro ponto que eu achei bem interessante nesse programa, porque aqui a gente não vem só bater, é esse ponto em que a gente daria um incentivo para aquelas empresas que tenham frota de veículos própria ou locada, que tenham o emplacamento aqui em São Paulo. Eu acho que esse é um critério espetacular, porque o Município fica com 50% do IPVA. E qual o critério para decidir se o IPVA vem para a gente ou para outro Município? É onde o carro está licenciado. Então, você pega um monte de empresa aí que está exercendo as suas funções aqui em São Paulo e está com placa de Belo Horizonte, Curitiba e está usando os nossos serviços públicos de São Paulo, mas está direcionando o seu IPVA para outro Estado, para outro Município.

Outro ponto. O projeto de lei basicamente traz as condições, uma mudança ou outra, do programa de parcelamento incentivado, o PPI. Então, aqui não tem muito o que discutir.

O outro ponto, que eu acho que merece destaque, é o artigo 12, que trata de compensação. Esse artigo 12 está meio que criando um microssistema diferenciado de compensação, porque a gente já tem uma lei de compensação, que é a Lei nº 16.670/17. A sua ementa traz o seguinte: “Dispõe sobre a compensação de créditos tributários com débitos tributários...”. Então, ela já restringe aqui. Eu só vou poder compensar crédito tributário com débito tributário, “...nas formas e condições que especifica”. Então, ela é mais restritiva. E, aí, o PL 762, em seu artigo 12, tem a seguinte redação: “O sujeito passivo poderá compensar do montante principal do débito tributário, calculado na conformidade do disposto nesta lei, o valor de créditos líquidos certos e não prescritos, vencidos até o exercício de 2018, que tenha contra o Município de São Paulo, incluídas as prestações da dívida pública”. Então, aqui, para essas empresas que podem ingressar nesse programa, cria uma regra diferenciada de compensação tributária, um pouco mais favorável para o resto das outras empresas.

Então, eu acho que essa criação de regras diferenciadas, em relação à compensação, também fere a isonomia, porque a gente tem uma lei geral de compensação e a

gente está criando um microssistema, um regramento específico de compensação. Então, aí, nesse ponto eu acho que a gente estaria ferindo a isonomia. Eu acho que a empresa poderia se utilizar da lei geral de compensação, que já existe desde 2017.

Então, eu acho que, no momento específico, como tem esse artigo 19 da lei antiga de PPI, eu acho que isso já é o obstáculo, não que esse projeto de lei, no futuro, não mereça prosperar. Eu acho que é muito importante o Município se preocupar com a manutenção de emprego. Mas esse artigo 19, da antiga lei de PPI, eu acho que gera esse entrave temporário para o prosseguimento desse projeto de lei. Eu acho que depois de passar esse prazo, que eu acho que seria em meados de 2021, eu acho que esse projeto de lei poderia voltar a ser rediscutido com algumas adaptações que eu coloquei aqui.

Eu acho que o governo federal tem as grandes ferramentas para exercer uma política de manutenção de emprego, revendo a questão da tributação sobre a folha de salários, que eu acho que é um dos aspectos que vai ser discutido nessa reforma tributária.

Então, eu acho que o Município tem de participar desse processo de manutenção de emprego, de valorização do emprego, mas eu acho que o governo federal é o que tem os maiores instrumentos em relação a isso.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Vilches, mas nós somos vereadores. Não adianta você querer falar do governo federal aqui. Se puder ir para a conclusão.

**O SR. RAFAEL VILCHES** – Tá.

Então, era isso o que eu queria comentar em relação a esse projeto de lei.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Obrigado.

Eu acho que você não teve acesso ao substitutivo, que já foi aprovado pela CCJ, com relação ao seu comentário ao artigo 19, da Lei nº 16.680.

O substitutivo, já aprovado pela CCJ, diz o seguinte, em seu artigo 17: “Não se aplica o artigo 19, da Lei 16.680, de junho de 2017, ao programa de que trata esta lei”.

Portanto, eu acho que essa sua observação está resolvida.

A outra questão, Vilches, que você fala, com relação à limitação dos 5 mil empregos, tem um fato importante que o substitutivo coloca que esse projeto de lei só caberia para as dívidas inscritas, quem estava com a alíquota de máxima de 5%. Portanto, aquele que estava ali com a alíquota de dois, 2,5 e não preencheria. Vimos, agora, todo esse caso aí da CPI da Dívida Ativa e agora a CPI da Sonegação Tributária que você acompanhou bastante o quanto esses bancos são nefastos não só para a Cidade, como para o País, são fraudadores costumam e eles, muitas das vezes, estão na alíquota de 2%. Ele não atenderia essa gama de empresas.

O objetivo aqui é de que é inegável a crise que o País enfrentou recente e ainda enfrenta com milhares de desempregados e fazendo uma análise do CAGED, a cidade de São Paulo teve um ganho de postos de emprego, mas muito aquém daquilo que seria o necessário. Para termos uma ideia, cita inclusive na justificativa, que é um fato importante destacar os dados do CAGED em que apresenta São Paulo com crescimento de empregos em 19 unidades da Federação. Os maiores saldos foram Minas Gerais com a abertura de 18.389 novas vagas; Espírito Santo com 9.384 postos; e São Paulo, apesar de ter 12 milhões de habitantes, com seis mil novos empregos.

Então, a cidade de São Paulo não pode ficar assistindo passivamente essa questão toda dos empregos e não fazer nada. Então objetivo aqui é fazer com que as empresas que tiveram a dívida inscrita com 5% de ISS, ou seja, alíquota máxima, que no meu ponto de vista é abusivo, que eles possam pagar a sua dívida de uma forma dentro do conceito de capacidade tributária e para isso ele deve ter a placa do veículo em São Paulo, ficar na cidade de São Paulo, não atrasar as parcelas do mês atual de vigência e manter em dia o parcelamento dentro da capacidade de 2%. Também ele é obrigado a apresentar todo o mês a certidão do FGTS, do INSS, ou seja, de todos os tributos que são de direito do trabalhador, ele tem de estar em dia com esses tributos. Portanto, não é um programa aberto para qualquer um, é para aquela empresa que paga em dia os seus funcionários, mantém em dia os seus tributos, especialmente aquilo que da área de pessoal e tem toda essa condição de trazer essa receita

dos veículos que estão com placas de outros municípios, muito especial Belo Horizonte, que o IPVA lá é 1% e aqui é 4%.

Então, acho que estão superadas as suas questões negativas e ressaltadas as suas questões positivas no modo geral. Posso concluir, então, que esclarecida, a Fazenda é favorável ao projeto?

**O SR. RAFAEL VILCHES** – Eu acho que esse dispositivo que foi inserido, que não se aplica o artigo 19, eu discordo. Eu acho que gera um objetivo intransponível porque foi feito um compromisso no início do mandato que está sendo desfeito por meio da inserção..., juridicamente eu posso inserir outro dispositivo, aí seria outro dispositivo e outra lei revogando esse? Juridicamente é possível, leis de mesma hierarquia não tem problema nenhum, mas eu acho que houve sim porque apesar de ter esse objetivo de manutenção de emprego, é mais uma hipótese de renúncia fiscal em face de um problema que a gente está vivendo de finanças municipais que eu acho que a Fazenda não corrobora para continuar mais um programa de renúncia fiscal.

A posição da Fazenda é sempre não...

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** - Mas onde está renúncia fiscal aqui?

**O SR. RAFAEL VILCHES** – Renúncia fiscal é dar desconto em multa. É um programa de regularização de débito em que o objetivo...

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** - É contrapartida, ele tem que manter o emprego. Você não sabe o que é um desempregado.

**O SR. RAFAEL VILCHES** – Sim, sim, mas a posição da Fazenda é sempre contra projetos de renúncia fiscal.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** - Uma questão, antes de passar ao Claudio, você falou que foi iniciativa do Prefeito João Doria de colocar a proibição de novas....não foi. O projeto chegou aqui sem. Quem construiu esse texto foram os Vereadores.

Não foi projeto do Governo. Foram os Vereadores da Câmara que colocaram essa redação.



Tem a palavra o nobre Vereador Claudio Fonseca.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** - Bom dia a todos e a todas. Não vou me prender à questão do Artigo 19, da intransponibilidade face ao que contém a lei que dispõe sobre o plano de parcelamento incentivado, de fato, há um artigo que fixa prazo de quatro anos para você tenha novos programas de parcelamento incentivado.

Eu tenho um posicionamento que o Vereador Ricardo Nunes conhece, eu sempre tenho muita cautela em relação a qualquer projeto de lei que dispõe sobre elisão fiscal, anistia fiscal, incentivos, porque geralmente é um programa de renúncia fiscal.

Sempre me recordo dos programas de incentivo fiscal da indústria automobilística e outros segmentos no período de crise econômica onde o Tesouro ou da União ou dos Estados perdem recursos, as empresas vendem como nunca em função dos incentivos fiscais e depois o Poder Público fica com compromisso de salvar aqueles que, no geral, acabam sendo demitidos porque depois é alegada a queda da produção. Você não tem salvaguarda aos direitos no geral dos trabalhadores. E também é necessário ter recurso da União, do Tesouro Municipal, Estadual para os programas sociais, investir na educação, investir na saúde, na Assistência Social e vai se perdendo recursos. Então, eu tenho cautela. Não é questão de princípio simplesmente dizer: não tem nenhum programa de incentivo, não tem nenhum programa de elisão, não tem nenhum programa de anistia, mas era necessário inclusive levantar quanto de renúncia fiscal o Município já teve com esses programas todos que vale parcelamento incentivado a outros de renúncia fiscal mesmo, de cobrança de taxas e tributos.

O projeto é meritório, a preocupação com a questão de emprego, vivemos em um mundo de desemprego estrutural e conjuntural. Estrutural decorrente do uso das novas tecnologias que deixam cada vez mais pessoas distantes do emprego formal, isso é real. E essas pessoas têm de ser socorridas pelo Poder Público. Tem o conjuntural face aos indicadores da economia, de crescimento e assim por diante.

Então, eu tenho bastante cautela. Pergunto inclusive ao Rafael se teve - lógico que estamos na Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, em uma audiência

convocada pela Comissão e nós não temos nenhum representante da Secretaria da Fazenda, mas ainda assim acho que cuidaram de fazer um cálculo de impacto dessa renúncia para essas empresas com mais de cinco mil empregados para manter o emprego em contrapartida abrir mão de receitas que são do Município - esse cálculo de impacto?

**O SR. RAFAEL VILCHES** - Em relação a todos esses programas de parcelamento, todos esses projetos de lei de benefício fiscal, a gente tem uma divisão dentro da subsecretaria que faz esse estudo de impacto. Acredito que eles estão em vias de fazer porque haja já um processo administrativo em que a Casa Civil enviou para subsecretaria para gente se manifestar formalmente em relação a esse projeto de lei. Provavelmente nos próximos dias a gente já vai enviar uma manifestação formal e todos esses projetos de lei em que há algum tipo de renúncia fiscal a gente envia o estudo feito por essa divisão. A divisão tem a sigla Dicar, é uma divisão dentro da subsecretaria em que a gente vai fazer essa estimativa que, na verdade, é uma exigência da própria Lei de Responsabilidade Fiscal. Toda vez em que a gente faz um programa desses em que há uma renúncia fiscal, quando a gente for, por exemplo, elaborar a LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias, tem que fazer e elencar qual será a contrapartida para que as Finanças Públicas não sejam corroídas.

Em relação ao comentário adicional do nobre Vereador Claudio Fonseca, há vários estudos e é exatamente por causa disso que a subsecretaria sempre se manifesta, na grande maioria dos casos, é contra projetos de lei que propõem renúncia fiscal. É que, especialmente, quando a gente propõe algum tipo de renúncia fiscal que incide sobre o consumo, como o ISS, por exemplo, há estudos em que essas medidas são ineficazes, porque quando vai incidir uma renúncia ou diminuir algum tributo sobre o consumo da população, a gente já logo pensa: Qual o objetivo? Diminuir o preço, diminuir o preço do serviço ou o preço da mercadoria. Mas há vários estudos, inclusive na União Europeia, de que esses pedidos, esses projetos de benefício fiscal são totalmente ineficazes. Na verdade, o que acontece é o aumento da margem de lucro das empresas, e não repasse para o consumidor, frente à diminuição de preço.

Eu participo de um grupo de trabalho dentro da Secretaria da Fazenda, que discute

reforma tributária, e uma das diretrizes para a reforma tributária, sobre a tributação, sobre o consumo hoje no Brasil, é vedar qualquer benefício fiscal que incida sobre o consumo. Na verdade, para favorecer determinado setor, é muito melhor fazer essa política via direcionamento de despesa do que via arrecadação, via benefício fiscal.

Obrigado.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Para concluir, Sr. Presidente, o projeto não veio acompanhado de cálculo nenhum de impacto financeiro, e o representante da Secretaria também confirma que foi solicitado, mas não tem cálculo de impacto financeiro. O projeto de lei é de autoria de Vereador e, obviamente, concorre muito para ser aprovado, porque ele é debatido na Câmara, tem a questão do voto simbólico dos Vereadores; mas eu vejo essas matérias, no momento que nós atravessamos no Brasil, como uma conexão com os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, que visam, sobretudo, desvincular receitas orçamentárias para a Saúde e para a Educação.

Existe o projeto nacional também para a área social. É renúncia de receita, é desvinculação. Se havia expectativa de arrecadar, só exemplificando, R\$ 1 bilhão, na medida em que essa receita cai, 25% para manutenção e desenvolvimento do ensino de R\$ 1 bilhão é diferente de 25% de R\$ 950 milhões, ou R\$ 800 milhões, ou R\$ 700 milhões.

O momento é extremamente delicado na questão do emprego, na questão das receitas, tem uma reforma fiscal em curso, e quem não teve a oportunidade de ler ainda que leia a PEC que dispõe sobre a questão fiscal no Brasil; e tudo visa a desvinculação de receitas, desobrigação com aqueles serviços que são obrigatórios pelo Estado, que sabemos que a iniciativa privada não vai socorrer, não vai garantir a educação para os filhos dos trabalhadores empregados ou subempregados.

Então, eu tenho cautela, cuidados, e acho que nós deveríamos debater profundamente o projeto de lei estou, e estou certo também de que o Vereador autor, o Vereador Donato, tem as mesmas preocupações em relação às questões orçamentárias e a perda de receitas dos Estados e municípios, por conta de uma série de incentivos que são

dados em determinados momentos, pelos quais a população não é beneficiada diretamente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Ok. Então, só para concluir com relação a esclarecer as dúvidas apresentadas, que se baseiam no não conhecimento do projeto, de que ele é exclusivo para quem constituiu dívida na alíquota de 5%. Só para a gente ter uma ideia, isso foi uma bagagem de experiência dessas duas últimas CPIs, onde, por exemplo, foi amplamente noticiado, e o Banco Itaú sofreu uma autuação de R\$ 3,8 bilhões. A CPI está fazendo o seu relatório pedindo indiciamento criminal de todos os diretores, porque eles estavam com a simulação de sede em Poá.

O ISS aqui gera 2%, e eles estavam pagando lá 0,25%. Só tinha o endereço lá. Aqui é para aquelas empresas que estão em São Paulo e que estão na alíquota máxima de 5%, que geram emprego, que têm todas as suas certidões em dia, que pagam os seus tributos em dia. Tem que ter as certidões de FGTS, INSS, enfim.

Então, não dá para tratar esse projeto como renúncia, não se trata disso. É porque precisa manter as empresas que não cometeram sonegação, que estão sendo acharcadas com uma alíquota de 5%, que passaram por uma crise, para elas continuarem sobrevivendo e para se manterem os empregos, e vão pagar sim sobre o seu faturamento. É só para fazer esses esclarecimentos do projeto, o motivo da preocupação. Não se pode ficar inerte fingindo que os problemas não acontecem.

**O SR. FABIO RIVA** – Rapidamente, como eu sou coautor desse projeto, achei importante eu e mais outros Vereadores temos um projeto aqui que fala do polo desenvolvimento Norte, que cria alguns incentivos para aquela região no eixo lindeiro ao Rodoanel, pela Raimundo Pereira de Magalhães; porque a gente vem perdendo as receitas para os municípios vizinhos: Caieiras, Cajamar, que através de incentivo acabam levando essas empresas para esses municípios.

Com isso, São Paulo deixa de ter a sua receita através do emprego, de todas as alíquotas de tributação, feitas pelo Município. Logicamente que é uma discussão bastante

ampla, complexa, mas é importante que a Câmara Municipal, mais uma vez, seja protagonista principalmente na garantia do emprego e volto a repetir que o melhor programa social que existe é o emprego, é o trabalho, é a renda da família, por isso o papel importante desta Casa em debater esse projeto e buscar alternativas para que as empresas continuem em São Paulo, mas não façam como algumas, que vêm de outros municípios, utilizam do nosso viário e não recolhem absolutamente nada, através do seu IPVA e das despesas que são correlatas à questão dos aplicativos.

Essa é uma ponderação importante, por isso que fico agradecido até posicionamento da Fazenda, mas a gente terá a possibilidade de se debruçar e votar esse projeto importante para a empregabilidade da nossa população.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – O Rafael participou muito da nossa CPI, e a gente está tentando constituir o conceito de que o Poder Público tem que parar de ir até o cidadão, o trabalhador, o funcionário público, o empresário, o comerciante, e só querer punir, fiscalizar. Ele tem que fazer isso, mas ele também tem que chegar para as pessoas e falar o seguinte: “No que eu posso te ajudar?”; falar para o empresário, para o comerciante, para o funcionário: “O que o Governo pode fazer para te ajudar?” E assim poder ter uma relação da real função do Poder Público.

Tem inscrito para esse projeto? Não. Não havendo mais inscritos para esse projeto, declaro concluída a segunda audiência pública do PL 762/19, que institui o programa de incentivo à manutenção de emprego, e dá outras providências. Passemos ao próximo item.

Convido o Secretário Bruno Caetano para compor a Mesa.

Está aberta a audiência pública do PL 754/2019, que cria o programa Mais Creche, de autoria do Executivo, do exercício do Prefeito Bruno Covas. Questiono ao Executivo se deseja fazer alguma consideração sobre o projeto, para passarmos às inscrições.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Sr. Presidente, eu proponho, para a ordem dos nossos trabalhos, o público é mais ou menos da primeira audiência, mas ainda assim, logo depois da exposição do Secretário, para que o público possa melhor falar, que se passe

diretamente para o público as inscrições, depois voltando para a Mesa para os Vereadores fazerem considerações. O Executivo faz a apresentação, abrem as inscrições e, depois, os Vereadores, senão eles acabam não falando.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Sem problema. Antes, quero registrar a presença do nobre Vereador Celso Giannazi.

Tem a palavra o Secretário Bruno Caetano.

**O SR. BRUNO CAETANO** - Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Vereador Ricardo Nunes, que preside esta audiência pública; Vereadores Claudio Fonseca, Fabio Riva, Giannazi, que também veio aqui, os representantes sindicais, professores, diretores, toda a comunidade escolar da cidade de São Paulo, cidadãos interessados no projeto de lei. Na verdade, são dois projetos de lei que o Prefeito Bruno Covas encaminhou para esta Casa.

Sei que o público é mais ou menos o mesmo da audiência anterior, então vou fazer uma brevíssima apresentação para que a gente possa privilegiar os debates e também cumprir a função primordial desta audiência, que é escutar as pessoas, as ponderações, as considerações, mesmo aqueles que já se manifestaram contrariamente a essas iniciativas, porque a gente respeita as posições, o debate democrático. E queremos ter, no dia de hoje, o melhor debate possível.

Eu queria, como premissa, reforçar o que já disse na sessão anterior: esses dois projetos que tramitam nesta Casa, de iniciativa do Prefeito Bruno Covas, do programa Mais creche e do programa Bolsa Primeira Infância, não são antagônicos em nenhum aspecto à política educacional já implementada nesta Cidade, que deve continuar sendo implementada nos próximos anos.

Então, eu me refiro, precisamente, à não contradição desses projetos à política adotada pela gestão do Prefeito Bruno Covas de continuar ampliando as nossas redes de ensino. Há um grande esforço em curso de ampliação da nossa rede direta de Ensino Infantil. Temos 12 novos CEUs sendo construídos, todos eles dedicados exclusivamente ao Ensino Infantil. Pela primeira vez na história desta Cidade a gente vai ter um equipamento desse porte,

com essa importância, para a nossa cidade, dedicado exclusivamente ao Ensino Infantil.

Desses 12 equipamentos, dois já serão iniciados já no próximo ano, no primeiro semestre do próximo ano; os outros 10 no segundo semestre, com obras a pleno vapor, coordenadas pela Secretaria de Obras e gerenciadas pela própria Educação, que vão gerar milhares de novas vagas para a nossa Administração direta.

Depois de muitos anos cidade volta a ter sua rede direta ampliada, com servidores públicos, com funcionários concursados, para que esses equipamentos possam ser geridos e apresentados à sociedade.

Também os projetos de lei em nada colidem com a política de ampliação da nossa rede indireta. A Secretaria segue ampliando a rede direta e a rede parceira, com novos critérios, com reforço nos trabalhos de supervisão e fiscalização. É público e notório o esforço dessa Administração por fazer o trabalho de supervisão e fiscalização com o apoio dos nossos servidores públicos. Esse trabalho de autotutela e controle interno da Administração gerou, nas últimas semanas, uma mudança grande na nossa rede com a substituição de mantenedoras por problemas na prestação de contas. E quando a própria Administração se organiza para supervisionar e fiscalizar os seus serviços, valendo sair do princípio da autotutela, isso mostra também o vigor da gestão e da administração pública.

Mas a gente também não pode fechar os olhos para uma fila ainda, que existe na cidade de São Paulo no atendimento dessas crianças. São hoje mais de 75 mil crianças, que não encontram vaga na nossa rede, em que pese todos os esforços dessa gestão. Já são quase 60 mil novas vagas abertas nos três primeiros anos da gestão do Prefeito Covas. Um é um recorde de abertura de vagas, quando se compara aos três primeiros anos dessa gestão com qualquer outra gestão, fixando-se nos três primeiros anos. Mas, a gente ainda tem uma fila grande e, para dar conta dessa demanda de uma maneira complementar e não antagônica, de maneira para que a gente possa ter estratégias múltiplas para problemas múltiplos, estratégias complexas para problemas que não são triviais, é que a gestão encaminhou esses dois projetos.

O primeiro autoriza a Prefeitura de São Paulo a adquirir vagas prioritariamente nas redes da rede filantrópica de escolas da Cidade, todo o controle e supervisão da Secretaria Municipal de Educação. Volto aqui a dizer, respeito a opinião daqueles que falam contrariamente ao projeto.

Mas, não se trata de um projeto de *voucher*, uma vez que o controle dessas vagas continuará nas mãos da Secretaria Municipal de Educação, por meio de um chamamento público, de maneira pública e transparente, com a supervisão e a fiscalização da nossa rede de forma pública e transparente; de maneira emergencial, uma vez que o projeto de lei também traz no seu texto questões relacionadas ao limite de vagas possíveis de serem adquiridas nessa modalidade aqui já mencionada.

Em hipótese alguma deve superar a casa dos 10%, ou seja, no limite, a Secretaria está autorizada a adquirir até 35 mil vagas em números atuais, levando-se em conta que a gente tem quase 350 mil alunos matriculados na nossa rede. Dez por cento desse número dão algo em torno de 35 mil vagas. Então, essa é uma questão importante de ser colocada.

Há também um limite de vagas e há também um limite temporal colocado no projeto. Uma vez identificada uma vaga nas redes direta e indireta e conveniada, esse aluno matriculado nessa escola filantrópica deve ser remanejado para essa escola. Portanto, a prioridade do acesso continua sendo nas nossas redes direta e indireta e somente na inexistência dessa vaga é que a rede filantrópica seria acionada. E identificada uma vaga, esse aluno seria remanejado novamente para a nossa rede direta ou indireta ou conveniada. Há também uma limitação do tempo, que é exatamente a indisponibilidade de vagas.

E também me permite entrar rapidamente num outro projeto, que também aqui tramita na Câmara Municipal, complementar a essa iniciativa, que é a inclusão também de um programa de bolsa. É um programa educacional assistencial às famílias que, por ventura, mesmo implementada a estratégia da aquisição de vagas, mesmo assim, se essas famílias permanecerem na fila por impossibilidade de se encontrar uma vaga na rede direta, na rede indireta, na rede conveniada, na rede filantrópica e, eventualmente, até na rede privada, nos



termos da legislação municipal vigente, que é muito atenta à questão da territorialidade, nós vamos oferecer essa vaga a um quilômetro e meio dos endereços indicados por essas famílias.

Então, na hipótese da inexistência de vagas nas condições já estipuladas pela política municipal de educação, pelo Plano Municipal de Educação, pelo projeto que aqui tramita e pelos projetos e pelas ações da Secretaria Municipal de Educação, a Prefeitura de São Paulo estaria autorizada a dedicar uma bolsa a um benefício mensal a essas famílias para a aquisição basicamente de bens e gênero, alimento, material de higiene, vestuário para essas crianças, para esses bebês nascidos em famílias de altíssima vulnerabilidade social.

De novo, esses dois projetos que aqui tramitam, tramitam com esse foco, o da vulnerabilidade social. As famílias elegíveis para, em primeiro lugar, terem – e essa continua sendo sempre a prioridade da educação – a vaga, rede direta, indireta ou conveniada ou na rede filantrópico-privada, aquelas famílias em vulnerabilidade social farão jus a esses programas. A vaga adquirida pela Prefeitura nas redes filantrópico-privada e, na inexistência dessa vaga, como última política de atendimento emergencial a essas crianças e a essas famílias, essas famílias farão jus a um benefício mensal a ser estipulado na regulamentação do projeto de lei do Bolsa Primeira Infância, para que essas famílias possam custear as despesas mínimas para que essas crianças tenham toda a dignidade possível.

Reforço aqui – hoje não vou fazer novamente a apresentação, acho desnecessário, todo o público aqui já tem conhecimento, imagino eu – que são projetos que têm essa visão. A visão de que nenhuma criança pode ficar para trás, toda criança importa e todos os esforços da Prefeitura de São Paulo são para a inclusão dessas famílias, para que a gente universalize o acesso à rede municipal, sendo prioridade o ensino na nossa rede direta, indireta e conveniada.

Mas, na absoluta impossibilidade, até pelos critérios que eu já pude explicar aqui na sessão anterior, principalmente a demanda pulverizada no território da Cidade, lembrando que a Cidade tem quase 500 setores, territórios da cidade de São Paulo que são circunscrições menores do que os nossos 96 distritos. Portanto, eles são a menor circunscrição oficial da

cidade de São Paulo em quase um terço deles, em quase 150 a demanda inferior a 70 crianças hoje, o que torna a missão da Secretaria Municipal de Educação de construir novas escolas ou mesmo de realizar parcerias para estabelecimento de seis novos CEIs, novas creches muito difícil; onde você tem territórios, onde você tem demanda de dez, 12, sete crianças, a construção de uma unidade para o atendimento dessa criança ou mesmo por meio de uma parceria com uma entidade social, como tem sido os modos tradicionais de ampliação da nossa rede, fica mais complicado por razões óbvias.

E uma baixa demanda em vários pontos do território, de modo que ter uma estratégia complementar, no entendimento do Poder Executivo, na Prefeitura de São Paulo, de a gente poder adquirir vagas sem prejudicar uma ampliação e os compromissos já firmados por essa gestão, que são de abrir 85 mil vagas, desde o início de 2017, quando o Prefeito Bruno Covas e o Governador João Doria assumiram a cidade de São Paulo. Sem abrir mão desses números, a gente também vai ter a possibilidade de atender crianças que fatalmente, sem a implementação dessas iniciativas, ficariam com muita dificuldade de serem assistidas.

Eu acho que como explanação inicial, reforçando a estratégia complementar dessas ações, elas não substituem nenhuma política municipal de educação, elas não vão concorrer com nenhuma estratégia em curso de ampliação das nossas redes, como fiz questão de mais uma vez mencionar. Mas, essas políticas complementam trazem esperança para essas famílias que hoje não encontram vaga na nossa rede municipal.

Acho que essas eram as palavras iniciais. Fico à disposição para o debate. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Obrigado, Secretário. Vamos direto para as inscrições, vejo que muitas pessoas já falaram na outra audiência. Como completou uma hora da abertura estão encerradas as inscrições, já temos 15.

A primeira inscrita é a Sra. Ana Maria Mello, do Comitê de Ampliação de Vagas na cidade de São Paulo.

**A SRA. ANA MARIA MELLO** – Bom dia a todas e todos. Eu sou Ana, gostaria de

fazer dois destaques.

Eu dirigi a sétima creche dessa cidade em 1983. De lá para cá, evidentemente, o Secretário colocou muito bem, temos dados todos que mostram uma ampliação. Éramos oito creches da rede direta; Claudete, Claudio, estão aí os companheiros todos dessa história. Nós construímos uma rede direta, que é exemplo para o país. É uma rede que hoje atende crianças em período integral, é uma rede que construiu documentos que são vistos pelo Brasil inteiro, documentos esses que ajudam na pesquisa e na extensão – vale a pena destacar – com colaboração do movimento social muito frequente com esta Câmara de Vereadores. Aqui teve grandes debates sobre o que a gente queria, sobre formação continuada, ambiente, considerando espaço, funcionalidade, temporalidade e interações entre as crianças.

Essa qualidade, Secretário, construída nesses 38 anos, é uma qualidade que resulta, portanto, desse esforço de tanta gente. Não é qualquer coisa, é um negócio que para a América Latina também tem sido importante. Tenho ido apresentar, por exemplo, os indicadores dessa rede e ele é usado, utilizado, agora, pela rede parceira também. A rede parceira tem avançado, o Secretário tem razão. O nosso comitê tem discutido muitas vezes a história da rede não ter formação continuada, mas é muito recente, Secretário. Não faz nem um ano isso. Faz, na verdade, oito meses que essa formação começou. Várias denúncias, os jornais estão aí para dizer, têm sido feitas sobre as creches conveniadas e evidentemente que o Poder Público tem realmente feito uma intervenção de mudar, trocar. Mas, não vamos nos enganar, né?

Vou pedir um minutinho a mais. A rede privada ou a rede conveniada sempre foi um canal de pouco controle, além de ter a geografia do voto, que não vem ao caso agora. Geografia do voto para as creches parceiras e geografia dos votos para os parques.

Bom, dito isso, Secretário, esse controle – você está chegando há pouco tempo – nós estudamos bastante numa tese de doutorado, eu já tive oportunidade de comentar com você, mostrando que o impacto de repasse de dinheiro público para a família ou para escolas privadas em jeito vinculado ou flexível, tem vários modelos para o mundo inteiro, a gente muda

o nome, Secretário, mas não adianta ter *voucher*, é auxílio-creche, é auxílio-infância. É isso, mudamos o nome.

Esse dinheiro não chega à criança. Temos um estudo de impacto, gente, um estudo feito durante dez anos. O dinheiro não chega à criança. A gente está aqui, a maioria dos companheiros e companheiras, a criança de zero a três anos não recebe, Presidente, esse recurso que nós vamos repassar. Além de tudo, não vai ter controle. Eu tenho certeza disso. Se vocês quiserem esses estudos, eu me coloco à disposição, porque vou ter que sair no máximo às 11h30, vocês me perdoem.

Obrigada pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Obrigado, Sra. Ana Maria Mello. O próximo é o Sr. Alex Osmar Cabral.

**O SR. ALEX OSMAR CABRAL** – Boa tarde à Mesa. Boa tarde a todos os presentes. Eu, Alex, microempresário, vou falar do primeiro, depois quero falar a respeito da creche.

Srs. Vereadores, vocês têm que olhar com atenção para a geração de emprego. Nós temos aproximadamente 6 mil jovens desempregados hoje na cidade de São Paulo e mais 4 ou 5 mil jovens chegando para esse mercado de trabalho. E nós precisamos muito, como microempresários, de uma redução do imposto da conta de luz, do imposto da conta de água, do IPVA para mantermos nossas empresas. Se nós microempresários da cidade de São Paulo não tivermos essa redução, vamos fechar as portas, e somos nós pequenos empresários que garantimos os empregos dos nossos funcionários. Tenho 16 funcionários registrados e 32 costureiras terceirizadas, que estão sendo excluídos pelo Poder Público da cidade de São Paulo, pela Câmara Municipal e pela Prefeitura de São Paulo.

Exemplo: nós trabalhávamos na Feira na Madrugada e fomos expulsos. Éramos 4 mil trabalhadores, 8 mil empregos diretos e mais de 60 mil indiretos, para beneficiar um grupo de empresários brasileiros e chineses, que não pagam impostos sobre as transações financeiras, enquanto nós, tudo o que vendemos, temos que emitir uma nota e pagar.

Então, precisamos que microempresas da periferia paguem 3% de impostos, que as médias e pequenas paguem 7%, e as grandes, 9%. Porque as grandes empresas não pagam nada. Tudo o que ela compra, recebe uma nota de entrada, e nessa nota ela tem 18% para abater no seu imposto. Então, quem paga os impostos são as microempresas. Se os Vereadores desta cidade não olharem para isso, milhares de microempresas irão fechar.

Como morador da zona Leste, eu tenho uma grande preocupação com o que o Poder Público quer fazer hoje. Eu tenho orgulho do pouco estudo que tenho. Foi de escola pública na Paraíba e em Pernambuco, mas foi essa escola pública que me deu a sexta série e com ela eu tenho condição de manter uma microempresa, minha família e mais de 40 funcionários. Por isso, vocês têm que prestar atenção nesse projeto, porque vocês estão excluindo os professores que cuidam das nossas crianças, que ficam parte do tempo com nossos filhos e netos. Vocês estão excluindo o direito de nós da periferia ter uma escola pública de qualidade!

- Palmas no recinto.

**O SR. ALEX** – Vocês aqui teriam era que fazer o contrário: eliminar escola particular dentro da cidade de São Paulo! É isso o que os Vereadores têm que fazer.

- Palmas no recinto.

**O SR. ALEX** – Vocês foram eleitos para defender os interesses da população, não para defender os interesses de um Prefeito que vai atrás de voto excluindo o pessoal da periferia! Só peço ao Secretário que olhe com carinho, porque somos nós que estamos na periferia, somos nós que precisamos da escola pública. Valorizem nossos netos e nossos filhos! 2020 vem aí. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Tem a palavra a Sra. Margarida Prado Genofre, da Aprofem.

**A SRA. MARGARIDA PRADO GENOFRE** – Bom dia a todos os presentes: Srs. Vereadores, Sr. Presidente da Comissão, Sr. Secretário. Não vou repetir o que já falei da outra vez, porque o público é mais ou menos o mesmo. Não vai haver entre sindicalistas e o

Governo, ou mesmo esta Casa, um acordo no que diz respeito ao que nós valorizamos, que é a educação pública de qualidade. O que o Governo está propondo é uma forma de privatização, e não vamos conseguir chegar a um acordo em relação a isso, tenho certeza.

Sabemos que estamos aqui cumprindo tabela. Sabemos que esse projeto, por ser véspera de ano eleitoral, teve uma tramitação rápida demais, extremamente acelerada. Num dia tivemos audiência pública interrompida pela Comissão de Constituição, Justiça, que já aprovou o relatório, que no mesmo dia fez congresso de Comissões e, numa primeira votação, já aprovou. Hoje estamos aqui para cumprir tabela. Nós não vamos alterar a opinião dos nossos Vereadores, da maioria deles. Alguns que estão aqui presentes, tenho certeza, jamais trairiam a educação pública da Cidade. Nunca traíram, não iriam trair agora.

O que temos a dizer não é chorar sobre o leite derramado. Nós agora já começamos a esperar pela retomada da educação pública de qualidade, que virá e que vai cobrar o mesmo preço que está sendo passado agora para a iniciativa privada, e com juros e correção monetária. É só isso o que tenho a dizer. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Muito obrigado, Margarida Genofre, da Aprofem. Tem a palavra o Sr. Maciel Nascimento, do Sindsep.

**O SR. MACIEL SILVA NASCIMENTO** – Bom dia a todos e todas. Aqui estamos nós novamente, Srs. Vereadores, Sr. Secretário. É difícil - não é? - retomarmos essa conversa, principalmente após a discussão anterior, na primeira. E para mim aquela audiência pública trouxe um simbolismo muito forte, Srs. Vereadores. Nós tivemos, naquela audiência pública, a possibilidade de três falas iniciais; e a audiência pública foi interrompida. Até entendo, tenho clareza das questões regimentais da Casa, pelas quais a sessão ordinária tinha que ser aberta e assim suspensa a reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Mas, em nenhum momento, a Comissão era obrigada, naquele momento, a efetuar a votação e a aprovação do projeto, na cara de todo mundo, sem que a audiência pública tivesse tido continuidade. foi esse o acordo apresentado pelo Presidente na sala anterior: “Vamos para lá retomar a audiência pública”.

Imediatamente após a aprovação do projeto, temos a comemoração da Vereadora Rute Costa por ter tido aprovado um projeto pela própria Comissão, também naquele dia, e ela era a relatora do projeto 754. Fico analisando um pouco os simbolismos, o funcionamento e o que eles nos dizem como proposta. Assim, ficou muito claro, e a Margarida tem razão quando diz que está tudo dado, não há o que se fazer, pela própria forma como a Casa trabalhou na última audiência pública. Então, Vereador Claudio, é isso mesmo, é o momento de a gente poder falar, porque não tivemos condições de falar na audiência pública anterior; e quem teve condições de falar após a aprovação do projeto sentiu-se sem condições de poder fazê-lo.

Quero dizer que o poder existe, a caneta existe. E foi a caneta e o poder que fez com que amanhecêssemos na segunda-feira com a tragédia ocorrida em Paraisópolis publicada em jornais do mundo inteiro. É isso que o poder faz: mata. Quando fizemos o alerta sobre o tal questionário de avaliação na educação infantil, não sei se o nobre Secretário buscou o impacto que isso teve entre os pais e na rede. “Não, não vai acontecer nada, o questionário está tudo bem”. Não foi. A quem acompanhou o resultado disso, está dado. Aí, mais uma vez, estamos aqui dizendo: cuidado com o que vocês aprovam. O poder existe, claro.

Nossas crianças, nossos bebês não podem estar aqui para fazer isso para vocês. Eles não vão poder falar também quando eles tiverem diferenciação de tratamento entre aqueles cujos pais pagam a escola e aqueles que mantidos pela Prefeitura. (Palmas) Porque eles são crianças diferenciadas. E são porque elas não têm o mesmo poder aquisitivo que aqueles cujos pais pagam suas mensalidades. Isso gera uma situação muito complicada. O Secretário diz para nós: “Não, isso não tem nada a ver, estamos aqui discutindo a ampliação da rede conveniada”. Mas como preciso de um projeto de lei para aprovar aquilo que já existe na Cidade? O próprio Secretário disse aqui hoje: “Estamos ampliando a rede conveniada”; mas não precisamos de projeto de lei para isso. Na verdade, o foco são as escolas particulares, e temos que assumir que é disso que se trata. (Palmas) O Secretário precisa assumir isso. Até porque, se houvesse a possibilidade de ampliar a rede conveniada, não se precisaria dar 100

reais, 200 reais para o pai conseguir expressar a sua garantia de direito.

Eu não precisaria inclusive trazer esse projeto a esta Casa. Se estou trazendo a rede particular de educação infantil, é porque o convênio já não dá conta! Isso está escrito, isso está colocado, o próprio projeto diz isso para nós. Então, vamos ser claros. Reafirmamos o que diz o artigo 213 da Constituição Federal: “Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei (...)”. Portanto, o que diz o artigo 3º do seu projeto ou do Prefeito Bruno Covas – não sei de quem exatamente partiu a ideia – é que estão propondo ferir e driblar a Constituição Federal. É isso que está proposto. A essência do projeto traz essa questão. E é lamentável que tenhamos o poder e a caneta ainda assassinando pobres, pretos, e agora de zero a 110 anos. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Obrigado. Tem a palavra a Sra. Margarete Pedroso, da Comissão de Direitos Humanos da OAB.

**A SRA. MARGARETE PEDROSO** – Bom dia a todas e a todos. Bom dia à Mesa. Falo em nome das Comissões de Direitos Humanos, de Diversidade Sexual, da Mulher Advogada, a Criança e do Adolescente e de Políticas de Segurança Pública e Penitenciária da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo.

Em verdade, venho hoje expor alguns aspectos legais do projeto de lei, que, posteriormente serão protocolados junto a esta Comissão, mas que é importante serem trazidos a esta audiência pública. Sobretudo questionamos alguns aspectos legais e constitucionais do artigo 3º do mencionado PL 754/2019. O primeiro aspecto que é muito importante ser trazido é que o direito à educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, e deve ser promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação. Isso tudo está no artigo 205 da Constituição Federal, reafirmado pelo artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente e pelo artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No mesmo sentido, a Convenção dos Direitos da Criança, promulgada pelo Decreto 99.710/90,



também obriga o País a garantir a educação em todos os seus territórios. Isso, como dever do Estado. Todas essas legislações têm que ser vistas segundo uma interpretação sistemática dos dispositivos, o que nos permite chegar a algumas considerações sobre o projeto de lei.

O segundo aspecto é a questão da inconstitucionalidade do repasse de recursos públicos da educação para as entidades privadas. Embora o artigo 3º, inciso I do projeto de lei estabeleça que as instituições de ensino que atenderem ao chamamento público para credenciamento devam ser sem fins lucrativos, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, em conformidade com o que já está previsto no artigo 213 da nossa Constituição Federal, o parágrafo 3º desse mesmo artigo do projeto de lei estabelece a possibilidade de uma exceção, que viola a norma constitucional. Diz o parágrafo 3º do mencionado projeto de lei: “Fica o poder Executivo autorizado, a seu critério, a efetuar chamamento público para o credenciamento de escolas que não se enquadrem no previsto no inciso I”. Ou seja, abre aí a possibilidade de atendimento de outras entidades públicas que não sejam filantrópicas e que violem, dessa forma, o artigo 213 da Constituição, que prevê que os recursos públicos somente podem ser destinados a escolas públicas ou a instituições comunitárias e filantrópicas.

Outro aspecto é a questão da parceria, que deixa de ser cumprida nos termos em que já eram previstos e regidos pela lei 13.019, passando a ser contratação via contrato, de modo que significa que o Poder Público vai deixar de atender alguns requisitos que antes eram previstos na Lei 13.000 ou na Lei 13.019; ou seja, nós teremos menos requisitos para que essas contratações sejam feitas e, portanto, com menos qualidade.

O último aspecto é a ausência de previsão de prazo ou orçamento público para as ações de contratação emergencial. O projeto 754, em seu artigo 1º, declara ser o Programa Mais Creches de caráter provisório e emergencial e que cessará imediatamente após a disponibilização de vagas nas unidades educacionais da rede municipal de ensino. Entretanto, não há qualquer prazo estabelecido para que o programa e as transferências de recursos públicos cessem, o que deixa sem qualquer segurança jurídica o caráter que deveria ser provisório e dito provisório desse aspecto.

Portanto, as Comissões de Direitos Humanos, Diversidade Sexual, Mulher Advogada, Criança e Adolescente e Segurança Pública e Assuntos Penitenciários da Ordem dos Advogados do Brasil pede o arquivamento desse projeto por estar eivado de vícios constitucionais e legais. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Tem a palavra a Sra. Luci Guidio.

**A SRA. LUCI GUIDIO** – Bom dia. Estou aqui representando o Fórum Paulista de Educação Infantil. Por isso, quero lembrar um pouco dos bebês e crianças das regiões periféricas desta cidade, principalmente as regiões onde o atendimento nem existe.

Por dez anos, fui diretora de uma escola numa região que nunca conseguiu atender a demanda. Hoje trabalho numa ocupação onde não há brinquedos, brincadeiras, esportes, cultura ou alimentação. Não há nada. O Poder Público lá não existe.

Penso que nós e os nossos representantes poderíamos pensar em projetos que, de fato, atendam a uma necessidade das regiões mais periféricas desta cidade, onde nem convênio nem filantropia nem privatização atendem aqueles seres humanos pequenos, de pouca idade. E nós aqui advogamos para eles.

Nós educadores da rede pública temos construído e constituído elementos inclusive científicos de pesquisa para atender necessidades humanas. Não queremos esmolas, mas direitos.

Gostaria de concluir solicitando que se cumpra a Constituição no seu artigo 213, como bem falaram outros colegas aqui. É direito, apesar de vermos uma articulação de cima para baixo, e São Paulo não ficou de fora. Está tudo publicado; parece o mês dos horrores.

Que a justiça seja a nossa principal arma antes de qualquer assistência social. A assistência, claro, é necessária neste momento, e parece que cada vez mas os bebês e as crianças precisam de representação que leve à justiça. Rogo aos encantados que tomem as providências.

Termino com a seguinte pergunta: como seria o atendimento nos lugares mais periféricos, como, por exemplo, o Jardim Iporã, Herplin e Pedreira?

Corremos o risco de esse projeto ser permanente. É triste. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Tem a palavra o professor Christian Sznick, do Sinesp.

**O SR. CHRISTIAN SZNICK** – Como já dito, mais uma vez nós estamos aqui para a discussão de um projeto que não está levando em conta o principal: a qualidade da educação.

Sou diretor de imprensa do Sinesp – Sindicato dos Gestores Educacionais de São Paulo e diretor do Centro de Educação Infantil no Jardim Ângela, uma das regiões onde mais faltam vagas na Cidade. Um projeto como esse não está prevendo algumas coisas muito importantes, que brevemente eu vou citar agora.

Quando o Secretário diz que vai haver acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação por meio das Diretorias Regionais de Educação, há alguns equívocos. Hoje um supervisor já tem 14 a 16 unidades educacionais para acompanhar e vai haver mais escolas com um quadro da supervisão do mesmo tamanho. As nutricionistas que estão nas Diretorias Regionais já têm um número ainda maior de unidades educacionais; elas são lotadas em Codaes e estão distribuídas pelas DREs. Isso vai acarretar que as nutricionistas não vão conseguir acompanhar o programa, e isso vai novamente sobrecarregar o supervisor escolar.

Outra questão também importante que já vimos abordando aqui na Câmara e em outros espaços é que hoje a Prefeitura de São Paulo não dá conta da alimentação orgânica. A rede municipal existente atualmente não dá conta disso. Apenas em quatro DREs há a alimentação chamada de merenda mista; as outras não dão conta da legislação federal do Programa Nacional de Alimentação Escolar, fato também apontado pelo Conselho de Alimentação Escolar da cidade de São Paulo. Ampliando-se essa questão, vai-se aumentar ainda mais o afastamento de um atendimento pleno. Isso tudo faz parte da qualidade da educação.

A cidade de São Paulo tem um programa educacional para a educação infantil primoroso, que avançou muito mais do que o MEC fez, um programa construído com a rede, um programa que a atual gestão, quando lançou neste ano o novo documento, ainda trouxe

muito dessas contribuições, muito dessa discussão, mas que agora quer colocar as crianças na rede particular, que não é obrigada a seguir o currículo municipal – por mais que se fale que vão seguir por uma questão de qualidade – e que, conseqüentemente, vai apartar as crianças de algo construído não só nos últimos anos, mas desde que o Centro de Educação Infantil, ainda como creche, quando estava na Assistência Social, já vinha construindo nos anos 80, nos anos 90 e na transição para a Secretaria Municipal de Educação.

Toda essa construção, toda essa característica da nossa rede não vai ser contemplada. O atendimento que é feito para a comunidade do chamado fundão ou de outras regiões não envolve apenas a vaga, mas a qualidade. Não podemos permitir que seja oferecida uma vaga rebaixada, porque é isso o que vai acontecer. Mas não podemos permitir uma coisa dessas. Se a Prefeitura fizer isso, ela estará alijando a população da real qualidade da educação e esquecendo o pioneirismo e a marca do que é a rede municipal de educação, uma das maiores redes de São Paulo com atenção à criança, com um trabalho ainda muito a avançar, mas que vem sendo um grande trabalho.

Hoje já temos a rede conveniada, com todos os problemas que ela tem. Os prédios da rede direta foram entregues a essa rede conveniada e nunca mais voltaram para a nossa rede; os novos foram entregues também.

Então, prosseguir com isso é avançar na precarização da educação da primeira infância, e isso não podemos permitir. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Obrigado, professor Christian.

Registro a presença do Vereador André Santos.

Tem a palavra a Sra. Claudete Alves.

**A SRA. CLAUDETE ALVES** – Bom dia, Presidente Ricardo Nunes, Secretário, demais Vereadores e público presente.

Na audiência passada, eu explanei a minha posição, mas ontem, após assistir ao Ministro do Supremo, juntamente com vários membros do Governo Federal, apresentar o Pacto pela Primeira Infância, lembrei do que está acontecendo aqui na cidade de São Paulo, não

restando para mim outra fala que não seja a da esperança.

Dentre os 55 Vereadores desta Casa, há uma esperança: o nobre Vereador Claudio Fonseca. S.Exa. é a única esperança para que esse projeto não seja aprovado. Digo isso porque S.Exa., um vereador combativo que defende a educação, é base do Governo e sabe a lição de casa que pode ser feita. E por que ele, dentre os 55 Vereadores? Porque a oposição, PT e PSOL, já vai votar contra.

E por que não pedir o que daqui a pouco eu vou pedir ao Vereador Claudio Fonseca para o Vereador Donato, Vespoli e outros? Pelo simples motivo de que ele faz parte da maior máquina sindical da educação, com cerca de quatro milhões por mês de arrecadação, e tem por obrigação colocar essa máquina no horário gratuito da Rede Globo para convocar, para chamar todo mundo aqui para fazer a maior obstrução que esta Casa já teve, se é que é verdade que o nobre edil é contra esse projeto, que é uma ideia originada pelo Prefeito que ele ajudou a eleger, o atual Governador João Doria, e que agora está sendo executada pelo Secretário. (Palmas)

É muito simples. Em que pesem os meus 60 anos, eu posso fazer uma solicitação ao Vereador Fonseca para nos ajudar, porque ele é a nossa esperança, ele é a esperança da educação contra essa pretensão de comprar vagas para a educação infantil. Daqui a pouco, vai ser para o fundamental, no Fund I e no Fund II, mas sabemos que o nobre Vereador pode impedir, porque é muito simples. Primeiro, ele pode oficializar que está saindo da base em defesa da educação pública de qualidade e pode usar todas as táticas regimentais para fazer uma obstrução possível – e não aquela para inglês ver – que pare a Casa e diga que, se esse projeto não for retirado desta Casa, não serão votados mais projetos de Vereador nenhum, não será votado mais nada e que ele vai convocar as pessoas na Rede Globo pela educação infantil (Palmas)

Porque hoje é a educação infantil, mas amanhã vai ter compra de vaga para fundamental, vai ter compra de gestores particulares.

Portanto, com toda humildade, me dirijo ao nobre Colega Fonseca, bravo defensor

da educação infantil, e peço que pare esta Casa, saia da base e coloque essa questão no horário gratuito. O Sedin só não faz isso porque não tem dinheiro; a nossa arrecadação é de 183 mil, enquanto que a do sindicato do Vereador Fonseca é quase quatro milhões, com dois milhões de aplicação.

Presidente Ricardo, parablenzo todos vocês, que não são os responsáveis. Se esse projeto for aprovado é porque o nobre Vereador Fonseca terá virado as costas para a educação pública. Hoje o alvo é a educação infantil, mas, se deixarmos passar isso, vai todo o resto num futuro bem próximo. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Obrigado, Claudete.

Acho absolutamente injusta a colocação referente ao Vereador Claudio Fonseca, porque estamos aqui com ele todos os dias, e o que esse homem briga, com todo mundo e inclusive conosco, é inimaginável.

- Manifestações no recinto.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Tem a palavra a Sra. Soraia Zanzini, do Sinesp.

**A SRA. SORAIA ZANZINI** – Primeiramente quero dizer que todos os outros antecessores já teriam dado bases sustentáveis para que houvesse a retirada e o arquivamento desse projeto. Quero acreditar que nesta Mesa existem pessoas inteligentes, seriamente comprometidas com a educação. Quero dizer ainda que nós viemos de novo aqui falar não porque queremos aparecer, mas porque temos exposto o tempo todo o que é a nossa vida de servidor público em defesa da educação pública, democrática e gratuita na cidade de São Paulo. Podem aplaudir, porque é verdade. (Palmas)

A segunda coisa que quero dizer é que estou aqui com a carteirinha do Sinpeem, ao qual sou filiada desde a primeira vez que esse órgão se constituiu como sindicato. Sou também filiada ao Sinesp, sou do Creci Pirituba e estou na escola há 35 anos – viu, Secretário? – e não quero me aposentar. Aliás, não quero me aposentar porque agora estou no pleno da minha carreira e sei da contribuição que posso dar, apesar de estar no olho do furacão com a

reforma do ensino médio das escolas municipais, que está sendo conduzida de forma nefasta e, infelizmente, está deixando todos preocupados. Por isso, gostaria de pedir a V.Exa. que fizesse uma recomendação ao seu grupo da Diefem que consultasse oficialmente o Conselho Municipal de Educação para que houvesse um parecer oficial em relação ao que significa introduzir agora na rede municipal de educação, no ensino médio, sem saber exatamente o que vai acontecer, porque foi isso o que ouvimos na semana passada e estamos absolutamente inquietos em relação a essa questão.

Em relação à constitucionalidade desse projeto, é imoral que o Prefeito Covas e o Bolsodoria, ordeiros de políticos que dizem que fazem tudo pelo Brasil, entreguem os nossos patrimônios para os outros. Fala sério, Secretário!

Outra mãe que estava na última audiência falou assim: “Como que essas crianças vão se movimentar”, se estão correndo o risco de se cometer a maior injustiça nesse país, que é destinação de 10% de bolsa, e o resto da população vai ficar a ver navios. Epa! Peraí, niguém está vendo isso?! (Palmas) Qual o critério? Se o critério é esse, vamos construir escola, Secretário, vamos pedir para a equipe construir e ampliar vaga, vamos dar celeridade às obras que estão paradas. O senhor deve ser o terceiro secretário, se não me falha a memória, nesse mesmo governo, porque o Prefeito mesmo se escafedeu e foi para o Governo do Estado. E está lá ditando a ordem para vocês, prioritariamente, entregarem todos os patrimônios públicos para o setor privado.

Eu estou bastante indignada, estou triste. Eu estou aqui, agora, para encerrar a minha fala, com todo o respeito. Inclusive, o Sr. Tuma, que também deve ter um parente famoso, que eu lembro lá atrás, que bateu no povo – agora que eu lembrei. A gente apanha e não esquece. A gente tomou bomba aqui, gente. Tomei bomba aqui. Caiu uma bomba aqui. Caiu uma bomba no meu pé, na minha cara. Isso é imoral! E eu estava do lado do sargento quando ele foi pedir para o pessoal passar. Mandaram bomba no sargento também da Polícia do Estado. O que nós somos aqui, gente? Nós somos pessoas que estão lutando pela educação pública, pela verba pública para escola pública de qualidade, para a democratização,

para a permanência do acesso. E que tenham respeito aos educadores, que, hoje, na escola, vão ter que pegar vassoura e pano para limpar o chão da escola, banheiro, papel higiênico, porque contaram! Inclusive, cortaram, vergonhosamente, os funcionários da limpeza terceirizada que atuavam na escola. A gente teve que ir trabalhar, há 15 dias, com eles chorando, “que que nós vamos fazer da nossa vida, professora? Mandaram a gente embora. E agora estamos desesperados”. Façam audiência para ouvir essas pessoas, se é que vocês têm respeito pelas pessoas.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Soraia, por favor, obrigado.

**A SRA. SORAIA** – Para encerrar, não posso deixar de manifestar o nosso luto e o nosso pesar pelo falecimento da companheira Lucíla Oliveira, que, nesse momento, está sendo velada. Uma companheira de luta e de guerra, padeceu na luta, em acreditar que a educação pública de qualidade seria respeitada.

Por favor, coloquem a mão no coração. E vamos votar pelo arquivamento desse processo, porque vamos continuar lutando, nem que para isso tombemos nessa luta. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Obrigado, Soraia.

A próxima é a Nelice Pompeu.

**A SRA. NELICE POMPEU** – Bom dia a todos e a todas.

Meu nome é Nelice Pompeu, faço parte da diretoria do Sinpeem, e sou professora da educação infantil com muito orgulho. E hoje estou aqui mostrando a minha indignação.

Esse projeto *Mais Creches* é um dos maiores ataques que a educação infantil do Município de São Paulo já sofreu em todos esses anos. É vergonhoso vocês apresentarem esse projeto que prejudica os profissionais de educação, prejudica as crianças, prejudica a cidade. Vocês tiveram três anos de governo. O ano que vem é ano de eleição. E agora, num passe mágico, vocês vão criar vagas. Que tipo de qualidade de vagas vão ser oferecidas para essas crianças, sendo que já houve especialistas que disseram que não tem como haver fiscalização da qualidade que será oferecida. E, além do mais, esse projeto, como já foi falado anteriormente, é inconstitucional, pois fere o art. 273 da Constituição, que prevê o destino de



verbas públicas para instituições sem fins lucrativos. E aí? Os Vereadores também estão rasgando a Constituição? Vocês seriam os primeiros a ter que dar o exemplo. Aí vão votar favorável a um projeto que está ferido a nossa Constituição? É vergonhoso.

Nós sabemos também que esse projeto *Mais Creches*, que é o projeto dos *vouchers*, onde ele já foi aplicado, em outros países, ele nunca deu certo. E eu, Secretário, não conheço um especialista da educação que tenha falado que esse projeto é favorável, que é um projeto que vai resolver a demanda. Porque agora, no último ano de governo, vocês apresentam esse projeto só com foco eleitoral, querendo votos, sem se preocupar com as crianças que estarão estudando nessas escolas, sabe lá com que qualidade. Inclusive, eu queria propor, já que aqui é uma audiência pública, um estudo da demanda: quantos equipamentos públicos temos; e quantos equipamentos da rede privado teria para atender essas demandas, porque quem trabalha em áreas periféricas sabe que nessas regiões onde a demanda é maior, não tem escolinha de educação infantil para ir lá e matricular, tem aquela mãe “crecheira”, que recebe não sei quanto para a mãe ir trabalhar. E elas cuidam de não sei quantos pequeninhos. E aí? Vocês já estão anunciando em alguns *sítes* locação de imóveis, como se construir uma escola fosse um esticadinho.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Ok.**

**A SRA. NELICE POMPEU –** Só queria concluir. Dá licença.

Na sexta-feira, nós realizamos a Jornada Pedagógica da Educação Infantil...

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) –** Professora, nós temos tempo.

**A SRA. NELICE POMPEU –** Já estou concluindo.

Nós realizamos a Jornada Pedagógica da Educação Infantil com trabalhos excelentes de profissionais da nossa rede; inclusive, trabalhos premiados até internacionalmente. E agora vocês pegam todo esse currículo que estamos trabalhando nas escolas e vão jogar na lata do lixo, para oferecer a educação como mercadoria. É vergonhoso o que vocês estão fazendo. Vocês vão ficar na história como o pior governo para a educação infantil que São Paulo já teve. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Obrigado.

O próximo é o Rogério dos Anjos.

**O SR. ROGÉRIO DOS ANJOS** – Bom dia, Sr. Secretário; bom dia, Vereadores – Claudio Fonseca, amigo; presidente, na pessoa de quem cumprimento todos os Vereadores. Bom dia a todas e a todos.

Eu queria colocar essa discussão, Sr. Secretário, num outro patamar, porque aqui as pessoas estão muito conectadas com a questão da municipalidade, com a rede, com a Prefeitura, e é legítimo. Mas eu queria dizer que esse projeto de lei é daqueles projetos que não atendem somente uma demanda de discussão política e educacional somente de São Paulo. Se aprovado aqui, repercute nacionalmente. Então, os Srs. Vereadores e o Sr. Secretário, nesse momento, são parlamentares e são gestores nacionais.

O Bruno Covas, em tratamento de quimioterapia, e que seja prontamente restabelecida sua saúde, disse o seguinte: “Quem estiver se manifestando contra o AI-5 me chame”. É nesse contexto que eu queria colocar. Está todo mundo preocupado com a questão da cláusula democrática. Do DEM ao PSOL, do Vereador Giannazi, está todo mundo preocupado com a questão democrática. E qual é o problema do projeto do senhor, que eu gostaria de mais ponderação? Eu não sei fazer discurso rasgada, não sou menos esquerda do que ninguém também por isso.

A ponderação é a seguinte: o projeto tenciona cláusulas da Constituição. Tenciona a cláusula 205, o dever, obrigação do Estado e da família; tenciona o 213, que fala da questão do recurso vinculado à manutenção e desenvolvimento da educação pública; e outros artigos da Constituição que foram duramente construídos, inclusive, pelo ministro do partido do senhor, Paulo Renato. Se o Paulo Renato estivesse aqui, ele iria pedir ponderação, porque, como ministro, ele nunca tencionou os artigos da Constituição, e nem os outros que vieram depois – Cristóvam Buarque, Fernando Haddad, e anteriores, como o Murílio Hingel, etc. Porque a educação, Sr. Secretário, é o nosso fator de coesão nacional. Você não tem equipamentos públicos em todos os municípios, mas educação você tem. Então nós

precisamos tomar um pouco de cuidado. E eu gostaria de pedir ponderação.

Aqui, o Vereador Ricardo Nunes também, Claudete, superponderado, sempre negociou... para negociar esse projeto. Aliás, eu fico com dificuldade, porque não é possível negociar esse projeto. Ele ataca as cláusulas da Constituição num momento em que todos estamos preocupados com a democracia. Tem deputado federal esperando esse projeto ser aprovado para tocar ficha lá no Congresso Nacional.

O que deveríamos estar fazendo aqui agora, Secretário, Claudio Fonseca, todos os preocupados com a educação, é ir lá para o Congresso defender a permanência do Fundeb – o Fundeb permanente, que vence em 2020. São Paulo tem dois bi do Fundeb de captação. Sem o Fundeb, o sistema de educação de São Paulo não anda.

Para terminar, o Sr. Secretário também tocou na questão do outro projeto que fala sobre bolsa. Esse dá para negociar. O *Bolsa Família* nos ensinou. O *Bolsa Escola* do Paulo Renato nos ensinou. Você tem que criar bolsa para matricular o aluno, e não para não matricular. E esse dá para negociar.

Você colocou a questão da extrema pobreza. As crianças que estão na extrema pobreza precisam entrar na prioridade da matrícula. Você não pode conceber que essa criança não será matriculada. É assim que se resolve. A gente fez. O Fernando Haddad fez na gestão dele. Os alunos do Bolsa Família tinham prioridade na matrícula. É mais fácil isso. Uma criança numa escola matriculada é a melhor política social que ele tem, e dá a bolsa, que é necessário.

Então, nesse sentido, peço ponderação. Sem radicalismos. Na educação você precisa dialogar. Agora, o projeto *Mais Creche* não é possível melhorar, ele teria que ser retirado e arquivado. E negociar, por exemplo, a constituição da CMEI. Há possibilidades dentro da rede de você abrigar todas as crianças. Aí teria que dialogar. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Obrigado pela contribuição. Acho que é isso: construir. Vamos votar colocando um prazo.

A próxima é a Verusca Oliveira Tenório.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – É que a senhora está achando que eu sou o Tuma, eu não sou, mas eu entrego para ele. Obrigado.

**A SRA. VERUSCA OLIVEIRA TENÓRIO** – Bom dia a todos e a todas.

Eu sou Verusca, sou do Coletivo Reviravolta na Educação, um grupo de professores, professoras, enfim, trabalhadores da educação que atuam tanto no município como no estado da rede pública. Além disso, eu sou professora da rede municipal estadual, obviamente, e também sou mãe. Tenho três filhas que frequentaram não somente CEIs da rede direta como a minha caçula também chegou a frequentar a da rede indireta. E a princípio eu posso dizer que é incomparável a qualidade do atendimento entre as CEIs da rede direta com as terceirizadas, as CEIs de rede indireta. É incomparável a qualificação que tem os profissionais, as condições de trabalho, os direitos dos trabalhos desses dois equipamentos. Enfim, e a formação também para atuar junto às crianças e bebês. E, infelizmente, essa política de privatização da educação infantil não começou hoje, não começa hoje com o Governo Doria, vem de antes, inclusive dos governos do PT, infelizmente, porque a gente discute a necessidade de ampliar a rede pública, qualificá-la e melhorá-la, e não destiná-la cada vez mais à busca do lucro, que é o que estamos vendo com esse projeto *Mais Creche*.

É muita cara de pau, Sr. Secretário Bruno Caetano, dizer que toda criança importa. Na verdade, esse projeto vem no sentido de dizer que o que importam são os votos, e que o que importa são os empresários que vão ser beneficiados, os tubarões do ensino, da educação, das redes privadas, que serão beneficiados com isso. Sabemos que essa política de *voucher* na educação combina com projetos nacionais do Bolsonaro e do Guedes, como o *Future-se*, que quer terceirizar e ampliar a privatização da universidade pública, tira a autonomia dessas instituições, visando tão somente aplicar dinheiro no mercado financeiro, tirando verbas públicas para essa destinação. É casuísmo eleitoral, sim, esse projeto, porque sabemos que não passa de esmola. Em véspera de eleição, paliativos, inclusive, aproveitando-se da crise social e econômica que o povo brasileiro vive e sofre, justamente por causa de sucessivos planos econômicos e governos de todos os partidos que estão no poder há anos,

há décadas, que só sucateiam o serviço público e massacram os seus trabalhadores e a população. Infelizmente, os governos anteriores destroem, sucateiam, para privatizar e destinar essa verba para as privadas. Não somente isso, massacram e deixam na insegurança os trabalhadores.

Essa avaliação feita com base em questionários da Vunesp para as escolas de educação infantil submeteram os pais a 90 perguntas meritocráticas. Não foi discutido com as comunidades, com os trabalhadores de educação, só para justificar a apresentação de projetos absurdos como esse.

Outra questão que se coloca: por que esses projetos se apresentam na calada de dezembro? Por que a truculência no trato das reivindicações dos trabalhadores da educação em comunidades, como sempre acontece no final do ano, quando os trabalhadores da educação estão focados no fechamentos dos trabalhos, das notas, enfim, de garantir que o próximo ano venha com esse ano terminado? É nesse momento que vêm esses projetos absurdos. E sabemos que todas as conquistas da educação infantil foram na base das lutas, da luta de rua, com as greves, com as paralisações que fizemos. Hoje, temos 15 minutos de intervalo nas CEIs, recesso, férias, hora-atividade e tantas outras conquistas porque arrancamos isso com luta, nas ruas.

Eu vou concluir a minha fala com um chamado. Porque a gente tem que, sim, exigir dos sindicatos que atuam na educação infantil – Sinpeem, Sinesp, Aprofem, Cedin, assim como a CUT, a CTB e todas as outras organizações –, porque a educação infantil não é um problema só dos professores ou dos pais e mães que precisam, é um problema de toda a classe trabalhadora. E só quem vai poder arrancar a qualidade e a gratuidade e o que nós estamos discutindo aqui é a nossa luta, como nós estamos vendo exemplos da luta dos trabalhadores no Chile e em outros países vizinhos. Só nas ruas, só na luta é que conseguimos conquistar. Vamos sair dos gabinetes, vamos sair desses espaços e empurrar esses Vereadores, empurrar esse governo a retirar pacotes vergonhosos como esse. Fica aqui o chamado para que todo mundo ajude. Vamos para cima. Inclusive, pressionar os nossos

sindicatos a convocar toda a categoria a lutar em defesa da educação infantil. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – A próxima é a Norma Andrade dos Santos.

**A SRA. NORMA ANDRADE DOS SANTOS** – Bom dia a todas e a todos.

Eu queria parabenizar os Vereadores que na semana passada votaram contra esse projeto. Quando vemos que tem Vereador nesta Casa que vota contra esse projeto, vemos ainda que nós precisamos sempre estar em luta, porque tem pessoas que estão olhando essa educação de forma diferente.

Na semana passada, eu me senti, como muitos que estavam aqui, desrespeitada naquela audiência pública onde ela começa para... vota-se o projeto, e, depois, volta dando fala para a audiência pública; e, depois, como o tempo era muito curto, hoje, traz de novo essa audiência pública com um projeto votado no período da tarde, em primeiro turno, e, agora, vai ser votado em segundo turno. Foi desrespeitoso para todos nós que estávamos aqui a forma com que aquela audiência se concretizou, a própria votação na CCJ, e depois, à tarde, na plenária.

E sabendo que hoje teria outra audiência pública, convocada pela própria Mesa, para este dia. Nós estamos aqui com um projeto que já está encaminhado para que seja votado novamente, podendo ser hoje ou amanhã.

Nós, enquanto representantes do Sindicato, sou a Norma, sou do Sinesp, falo em nome do Sinesp aqui, nós gostaríamos que as audiências públicas ocorressem, de fato, para que a gente pudesse discutir antes de o projeto ser votado. Porque depois de votado é muito complicado. Nós estamos aqui falando as mesmas coisas.

Eu queria trazer também a questão desse projeto porque tanto na semana passada, na audiência pública, também nesta semana, representantes da OAB se manifestaram sobre a inconstitucionalidade.

Concordo com o colega que falou que São Paulo é um espelho. Às vezes o que fazemos vai repercutir em outros lugares.

Nós estamos muito preocupados porque estão querendo privatizar a educação como um todo, de zero a 17 anos. Nós não podemos aceitar uma coisa dessas. A educação é pública, de qualidade, nós vamos continuar lutando por isso.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Obrigado.

**A SRA. NORMA ANDRADE DOS SANTOS** – A privatização, ou seja, colocar as crianças para a rede privada é um grande problema. Nós estamos falando de bebês e de crianças que dentro da faixa etária são as mais vulneráveis. Quando essas crianças forem para a escola particular, como estarão junto dos seus pares? Quais serão seus pares?

Porque na tabela da semana passada, foi colocado pelo Secretário, mostra que esses locais são os que estão precisando de mais vagas, que são os locais de maior vulnerabilidade e a gente sabe que o poder aquisitivo dessa população é muito mais baixo.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Para concluir.

**A SRA. NORMA ANDRADE DOS SANTOS** – Nós gostaríamos de continuar pedindo. Pedi isso na semana passada, em nome do Sinesp, vou pedir novamente aos Vereadores para não votarem esse projeto. Acreditamos que é preciso discutir sim.

E mais, sobre essa questão das vagas na creche, sabemos que é um grande problema que tem de ser discutido de forma inversa do que estou vendo que está sendo feito aqui. É direito da criança. É direito da criança.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Norma, por favor.

**A SRA. NORMA ANDRADE DOS SANTOS** – Já vou encerrar.

Então eu gostaria que começássemos a discutir, de fato, como direito da criança, não só porque a mãe precisa dessa vaga. Quando a gente começa a discutir que é direito da criança, a gente vai começar a discutir qualidade para essa educação para essa criança.  
(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Obrigado, Norma.

Só para a gente se organizar e o público estar ciente dos trabalhos, agora falará o Vereador Claudio Fonseca, depois os Vereadores Celso Giannazi, Toninho Vespoli, Fabio

Riva, Ricardo Nunes e o Secretário dará as respostas aos questionamentos.

Vereador Claudio Fonseca.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Sr. Presidente, Vereador Ricardo Nunes, demais Vereadores que compõem a Mesa, Líder do Governo, Secretário, público presente.

Quero começar a minha fala, dizendo que tenho respeito pela inveja alheia, embora seja considerado um pecado capital. Mas aqueles que não têm trava e confessam expressamente a inveja já estão perdoados.

Ouvindo algumas pessoas, dizendo das minhas qualidades, só posso sair daqui muito feliz, contente, alegre, (Palmas) porque eu vim para a audiência pública, imaginando que só ia debater o Projeto Mais Creches, que eu sou contra. Não sou contra só de agora, não. Me manifestei contra o projeto de lei - com todo respeito ao Vereador Donato que ele merece. Ele apresentou um projeto, também, que dispõe sobre a transferência de receita para escolas privadas. Eu votei contra. Na Comissão de Educação, eu e o Vereador Claudinho de Souza fomos os únicos a colocar votos contrários.

Eu votei contra o projeto de lei - que foi votado e aprovado na Câmara Municipal -, em 2009, do meu amigo Arselino Tatto. Fui o 2º Vice-Presidente da Câmara, durante o período que ele foi Presidente da Câmara, fizemos a reforma administrativa da Câmara Municipal de São Paulo, foi uma reforma administrativa de alto impacto na estrutura organizativa da Câmara. Eu o considero meu amigo, um bom Parlamentar - diga-se de passagem.

Ele apresentou também um projeto de lei que institui o programa auxílio creche às mães não atendidas na rede pública municipal de creches do Município de São Paulo. Esse projeto foi aprovado, com meu voto contrário, mas foi vetado pelo ex-Prefeito Kassab, por algumas das razões que foram expressas por pessoas que me antecederam, alegando não só o vício de iniciativa como também de inconstitucionalidade, apontando o artigo 213, da Constituição Federal. Artigos que eu me referi na audiência anterior, que da Tribuna também disse, e disse ao Secretário: sou contra. Voto contra. Lutei contra.

Para manter coerência inclusive, não só Arselino Tatto, tem um projeto do Jair



Tatto. Não sei se foi a inspiração do Executivo Municipal atual, foram esses projetos apresentados pelo Donato, pelo Jair Tatto, pelo Arselino Tatto, pela Janaína Lima e pelo Rinaldi Digilio. Todos eles apresentaram projeto de lei que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros vinculados à educação para a iniciativa privada.

Tenho uma história não só de ser o presidente do maior sindicato, que bom que as pessoas até acompanhem e falam: o maior. Isso é resultado de trabalho, não meu, mas de uma categoria que reconhece o sindicato com as suas lutas, conquistas, avanços, com compromisso com a educação pública gratuita, laica, de qualidade, em todos os níveis. De um sindicato que esteve presente na luta por uma Constituinte livre e soberana, por uma Constituição que incluiu lá a vinculação de receitas para educação e de um sindicato que debateu publicamente agregando vários setores do movimento político nacional com uma tese: verba pública exclusivamente para escola pública. (Palmas)

---

Infelizmente, muitas pessoas se descolaram disso, passaram a defender as parcerias e as concessões de forma dissimulada. Quando são os seus parceiros, patrões, que apresentam projetos que retiram verbas da educação, preferem vir à audiência pública e atacar quem tem coerência.

Para ser sincero, correto, para que eu entendesse o elogio como verdadeiro, teria também de lembrar que, em 2001, a Câmara Municipal discutiu um projeto de financiamento da educação. Nós tínhamos 30% para manutenção e desenvolvimento de ensino, foi votado na Câmara para reduzir para 25% para manutenção e desenvolvimento do ensino. A porcentagem de 5% retirada foi para o programa de compensação, denominado educação inclusiva. Botou mais um, somando 6%, que hoje serve, inclusive, para a Secretaria apresentar o projeto de Bolsa Creche. Parte do recurso vai sair dos 6%. Serviu.

O meu posicionamento, na ocasião, foi contra. Não foi só contra, no final, as pessoas sabem, os Vereadores sabem, eu fui o único Vereador, desta Casa, punido pelo meu posicionamento em defender verba pública exclusivamente para escola pública e não redução da verba pública. Me retiraram a legenda para disputar a reeleição.

Geralmente, não trago questões partidárias. Mas para mim foi de um reparo imenso receber, há três meses, mais ou menos, o Presidente Nacional do PCdoB vir ao meu gabinete - o partido que não me deu legenda para disputar a reeleição - e reconhecer que foi um erro que fizeram de impedir-me a ser candidato a reeleição, porque votei contra esse projeto.

Tudo bem, pode continuar atacando, misturando supostamente elogios. Agora, seria bom também fazer crítica aos outros. Sabe o que dá conforto aos governos de direita? Saber que a esquerda apresentou projeto de igual natureza. Infelizmente. O que dá conforto à direita é dizer que é contra a reforma da previdência, mas quando está no governo fazer uma reforma da previdência, que acaba com a paridade, que aumenta o tempo. É fácil vir aqui e dizer: faça obstrução.

Acompanhe o que aconteceu na sessão passada. Foram apresentadas cinco emendas, eu apresentei uma emenda e um substitutivo. A minha emenda, o substitutivo é o inteiro teor do Governo. Comparem as outras emendas. São emendas que no teor concordam com a proposta do Governo, só estabelecem prazo. Vai vigor por quatro ou cinco anos, mas é um projeto de auxílio creche. Votei contra o projeto do Executivo, não votei nas emendas, apresentei uma emenda, peço a vocês, leiam a emenda. O substitutivo que eu apresentei tem coerência com meu posicionamento.

No mais, Sr. Presidente, todos os elogios que foram colocados aqui, nós temos...

- Manifestação na galeria.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Depois o Presidente vai falar como se dá o processo de obstrução. Nós temos...

- Manifestação na galeria.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Sim, então peça ao seu Vereador para quem você trabalha. Eu não sou teu serviçal. Peça para o Vereador seu.

- Manifestação simultânea.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Que é autor de projeto de creche. Está ok?

- Manifestação na galeria.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Peça para os Vereadores. Eu obstruo, eu obstruo.

Por favor. Os Vereadores que estão aqui...

- Manifestação na galeria.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Eu tenho a meu favor, agradecer inclusive...

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – O Vereador está falando, silêncio.

- Manifestação na galeria.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – ...apresentei emenda, recebi os votos favoráveis da Bancada do PT e da Bancada do PSOL. Agradeço ao Vereador Toninho Vespoli, ao Vereador Giannazi...

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Eu votei na sua emenda.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – O Vereador Ricardo Nunes votou na minha emenda, que era supressiva ao texto original. Isso é que conta. O resto...

- Manifestação na galeria.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Respeito que as pessoas... eu sei...

- Manifestação na galeria.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Claudio, vamos concluir.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Olha só, receber esses elogios da senhora, não me convenceu nem quando o fez na presença de 20-30 mil pessoas.

- Manifestação na galeria.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Muito obrigado. Muito obrigado.

- Manifestação na galeria.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Por favor, por favor professores. O Vereador está falando.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Meu querido.

- Manifestação na galeria.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Você não sabe o que está falando.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Claudio, não caia nessa provocação.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Não, não vou cair. Só vou terminar.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Você é maior do que isso.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Vou terminar. Eu não vim aqui para discutir o sindicato, nem as pessoas têm autoridade para fazer neste fórum... Falem com os representantes dos seus sindicatos. Respeitem a legitimidade das organizações, a representação. Eu não vou, nós não temos um sindicato só, mas eu tenho, com certeza, o orgulho de ter sido do sindicato.

Com dois meses e oito dias do Governo Doria, como foi dito aqui: o Claudio foi eleito no partido que dá sustentação ao Governo. Mas eu nunca, eu sou aliado, não sou alienado, nem subserviente. Não fui ao Governo Marta, não fui ao Governo Kassab, não fui ao Governo Doria, não sou ao Governo Bruno e...

- Manifestação na galeria.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Olha o respeito que essas pessoas dão, são todas democráticas. É uma maravilha. Muito obrigado.

As pessoas têm prerrogativas e liberdade para decidir a sua vida e projeto...

- Manifestação na galeria.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Eu sou...

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Pode, Claudio, passar para os outros?

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Não, meu querido, vou terminar. Por favor. Vocês não falaram? Eu vou terminar.

Presidente, eu manifesto novamente, como já foi dito na audiência anterior, como encaminhei em Plenário, meu posicionamento contrário, Secretário, ao projeto de lei. Acho que não é novidade para nenhuma pessoa que acompanha os meus posicionamentos, os mandatos que eu já tive aqui de coerência em defesa da escola pública.

O projeto de lei, continuo mantendo, embora o Secretário e aqueles que vieram também representando o Governo dizerem que é um projeto constitucional, ele ofende o artigo 213 da Constituição Federal.

Não vejo isso como porta de saída, alternativa. Nós já temos três ou quatro modalidades de atendimento da demanda da educação infantil, através das redes diretas, no que pese o Secretário dizer que a rede direta vai expandir com 12 novos CEUs, vai ser o último respiro, então, porque, na verdade, esse projeto de lei aqui compra vagas na iniciativa privada e quando se coloca 297 milhões, no mercado, em mãos privadas, a tendência é expandir e criar *lobbies*, inclusive, para aumentar a quantidade de vagas.

A demanda, hoje, dita de 51 mil crianças de B1 e B2, com certeza, vai aumentar mais e vai justificar a transferência de mais recursos. Por essa razão sou contra, mas não só.

O programa que o Secretário anuncia, tem cerca de 297 milhões, esse custa 297, 300 milhões. O de Auxílio Creche, para aquelas famílias que não conseguirem vaga, mais 200 milhões, são 500 milhões que deveriam ser investidos na educação, na creche, na expansão da rede direta, na formação e valorização dos seus profissionais, vão parar em mãos privadas.

Por essa razão e tantas outras que eu já disse, meu posicionamento é contrário. Acho que a Comissão de Constituição e Justiça, no que pese ter dado parecer favorável, com meu voto contrário ao parecer da relatora, está cometendo uma legalidade, uma inconstitucionalidade, mas o Secretário disse que está seguro de ser constitucional e legal. Vamos ver como a Justiça se manifesta em relação ao projeto.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Obrigado, Vereador Claudio Fonseca.

Tem a palavra Vereador Celso Giannazi.

**O SR. CELSO GIANNAZI** – Bom dia a todos e a todas. Cumprimento o Presidente que preside a Comissão de Constituição, Justiça, no momento, Vereador Ricardo Nunes, todos os demais vereadores, o Secretário Bruno Caetano, da Educação. É importante a sua presença, Secretário, para que ouça as colocações importantes de todos os que passaram por aqui mostrando a incoerência total desse projeto de lei que está aí, o Programa Mais Creches, na verdade é um *voucher*, então é importante que o senhor ouça e dê *feedback*, responda às perguntas das pessoas que colocaram pontos relevantes.

Eu já falei em plenário, esse projeto é absolutamente inconstitucional e ilegal,

porque fere a LDB, fere a Lei de Responsabilidade Fiscal e, sobretudo, fere a Constituição Federal no Art. 213, que diz que os recursos públicos são destinados a escolas públicas, com exceção de escolas comunitárias constitucionais e filantrópicas. O projeto de lei 754/2019, do *voucher*, coloca no §3º, Art. 3º, abre possibilidade para que a Prefeitura de São Paulo conceda esses recursos para a iniciativa privada, a critério do Executivo. Isso é totalmente inconstitucional.

Também o Art. 213º da Constituição Federal fala, em seu §1º, que esses recursos são destinados ao ensino fundamental e ao ensino médio, não diz nada a respeito do ensino infantil. E aqui no projeto de lei fala exclusivamente de ensino infantil, vai contra a Constituição Federal. Mas vai contra também, Secretário, a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque o projeto está tramitando na Câmara Municipal de uma forma totalmente açodada.

Essa forma açodada de tramitar o projeto faz com que a Câmara Municipal erre, como errou no programa de venda dos imóveis, um absurdo completo. A Câmara Municipal aprovou a venda da EMEI Gabriel Prestes e a EMEF Maria Antonieta D'Alkmin, além da escola de saúde, além de parques, além de ecoponto, além de teatro, além da base da Guarda Civil Metropolitana. E por que a Câmara Municipal fez isso? Por essa forma açodada de votar a todo vapor.

A população sabe que a base do Governo é maioria na Câmara Municipal, então não precisa fazer dessa forma, atropelando as coisas. Então vamos para o debate. Pensem um pouco. Se nós tivéssemos feito um debate mais qualificado na venda dos imóveis, tenho certeza de que aquelas escolas teriam de ser retiradas, porque é um absurdo, uma vergonha, um crime vender escola pública.

Nesse projeto está acontecendo a mesma coisa, debatendo de forma totalmente açodada, no final do ano, dezembro. Isso me lembra muito a passagem do Sampaprev no ano passado. E nos remete também à Assembleia Legislativa, que o Governador Doria, como fez aqui na Cidade, está fazendo lá. Tem um projeto de reforma administrativa agora, neste momento, em pleno dezembro, com a desmobilização dos trabalhadores, dos servidores

públicos, em especial dos profissionais da educação.

Então é um absurdo que a Casa, que a Comissão de Constituição e Justiça se apequene sobre o fato de termos essa inconstitucionalidade e ilegalidade. Se a gente aprovar isso aqui, é uma grande vergonha, está rasgando a Constituição Federal, a LDB e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Falando do aspecto formal, o projeto criou a atividade 2887, que é ações de apoio à educação infantil. E nesse projeto, que ele está de acordo com a proposta orçamentária, visando a atender a despesa aqui tratada, no quadro que está no projeto a ação 2887, separa lá 100 mil reais para esse projeto, 100 mil reais. Vai atender, da forma proposta, umas dez ou onze crianças por ano, só. É isso que está no projeto, o projeto está aqui.

E também fala que o aumento das despesas decorrentes da solicitação desse projeto de lei está de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal nos Artigos 16, 17 e 21. A Lei de Responsabilidade Fiscal, que deve ser observada por municípios e estados, fala no Art. 16: “A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: Inciso I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor” – 2020 – “e nos dois subsequentes”. Aqui, gente, não tem nada. É uma incompetência do Executivo mandar um projeto para a Câmara Municipal dessa forma. Ele está embasado em fatos que não existem aqui. Não está no projeto, não está no mundo. Então é uma vergonha e a gente tem que combater isso. Ele fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, fere a LDB e fere a Constituição Federal.

Só complementando, Vereador Ricardo Nunes, esse projeto 754, que é o Mais Creches, e o 788, que é o Programa Bolsa Primeira Infância, os dois juntos vão dispende 400 milhões de reais, destinados quase que exclusivamente à iniciativa privada, às escolas particulares. Com esse dinheiro a gente consegue construir quase 350 CEIs na Cidade, e não tem nenhum projeto – e isso que assusta muito – para construção de CEIs na Cidade.

A gente acompanhou lá de trás as EMEIs. Nós temos aqui na Cidade, que era um programa também transitório, provisório, de urgência, e nós temos dez EMEIs na zona sul, não

tem nenhuma com plano de reforma, de construção, de ampliação. As crianças que estão nesses equipamentos estão precarizadas. É isso que vai acontecer como Programa Mais Creches também, as crianças estarão sob condições vulnerabilizadas. A gente sabe disso.

Na semana passada o Governo, o Presidente Bolsonaro também está estudando passar o ensino infantil para as escolas privadas. Está copiando o que está fazendo aqui o Prefeito Bruno Covas. Um absurdo que a gente vá para essa linha.

Então, Vereador Ricardo Nunes, diante de todas essas considerações da precarização, nós sabemos que os CEIs aqui também, essa questão da provisoriedade, da emergência de fazer um projeto desse tipo, a gente bateu lá nas CEIs também. Nós tivemos aí o desbaratamento, o desmonte das CEIs aqui. E o que aconteceu da máfia das CEIs? As professoras que estavam nas CEIs até agora não receberam seus direitos trabalhistas. Precariza a relação das professoras e dos professores também.

Então são várias situações, são vários questionamentos que nos fazem... Até pedi para os vereadores, está aqui o Líder do Governo, Vereador Fábio Riva, e os vereadores que compõem a base do governo para que retirem esse projeto que está pautado para hoje, para que a gente faça essa discussão mais séria. Na verdade tem que ser arquivado, mas, de imediato, que tire esse projeto daqui, porque a gente está fazendo o caminho contrário. A educação pública na cidade de São Paulo, em vez de combater a desigualdade, está ampliando privilégios, da forma como está sendo feita.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Obrigado, combativo Vereador Celso Giannazi.

Vou passar para o Vereador Toninho Vespoli, depois para André Santos, Fábio Riva. Eu tenho que concluir esta audiência pública no máximo até 12h40, porque ainda tem duas audiências públicas e o prazo final é 13h. Então se o Vereador Toninho Vespoli pude compreender e fazer uma colocação mais sucinta, eu agradeço.

**O SR. TONINHO VESPOLI** – Quero cumprimentar o Secretário Bruno Caetano, o Ricardo Nunes e, na pessoa dele, toda a Mesa, todos os sindicatos, Aprofem, Sindisep, Cedim,



Sinesp, Simpeem, todos vocês.

Eu acho muito triste, lamentável o jeito que está correndo esse processo na Casa. Por exemplo, não tem uma discussão tanto da base, do pessoal que está no chão da escola, mas também dos sindicatos, ou especialistas.

Aliás, eu tentei fazer um debate ontem, não consegui, porque eu queria achar um especialista que era a favor desse *voucher* e não achei um. Então nós fizemos uma discussão com uma pessoa, porque você não acha um especialista. Eu queria saber qual teórico pedagógico defende um negócio igual a esse. O que tem são economistas, porque veem simplesmente a questão de custo, de passar para a iniciativa privada todo o serviço público. Aí você vai achar alguns nessa área, mas você não vê uma pessoa da educação, teórico, defender um negócio desses.

Então por que passar isso aqui tão rápido? Por que não fazer o debate? Porque é isso, porque você não acha pessoas qualificadas que defendem, na área da educação, um projeto como esse, porque é ruim, porque o projeto é ruim, e é ruim a ponto de ter sido testado em outros países. Vai ver o que aconteceu lá no Chile. Vai ver o que aconteceu nos Estados Unidos. O que vai acontecer na hora que, por exemplo, lá na Capela que foi anunciado que qualquer residência pode agora... Vamos voltar ao período das mães crecheiras? É isso que está colocado para a cidade de São Paulo.

Fora isso, de o projeto ser ruim, a mentira falada várias vezes passa a ser verdade. Secretário, desculpe, eu não gostaria de usar essa palavra, mas mentiras. Só vou usar uma, por exemplo, que aconteceu aqui recentemente. No Sampaprev, que a gente estava aqui lutando fortemente contra o Sampaprev, a gente falava que o projeto não ia resolver o problema do Iprem. E hoje a barbaridade que fez com os servidores públicos, a economia é em torno de 400 e tantos milhões de reais. Agora vai se gastar mais que 300 nesse negócio. (Palmas) Então como se falava que se defender o Sampaprev naquela época que a prefeitura ia quebrar? Pura mentira!

Como está falando agora também que isso é provisório. Se entra um governo de

extrema direita aqui, não é só os nosso CEIs diretos que vão hoje, as conveniadas também me falem o que vai acontecer se entra um governo da direita aqui? Vai acabar com as conveniadas, porque a ultradireita não quer responsabilidade do Estado para nada. Eles vão querer jogar tudo, tudo para os *vouchers*, é isso que vai acontecer. (Palmas)

E quando falaram aqui que hoje é um dia ruim para a educação pública brasileira, é ruim, Secretário. Mais ainda, isso é um laboratório para todo o Brasil. O que vocês estão fazendo aqui é de uma imensa irresponsabilidade, porque vai repercutir no Congresso. Aquele projeto do Serra vai tramitar, porque o Bolsonaro quer, o que vai acontecer nos interiores dos rincões deste estado e no resto do Brasil é responsabilidade daqui, porque isso daqui tem uma força política, é um laboratório.

Eu quero saber se as pessoas que estão fazendo isso depois vão ter coragem de botar a cabeça no travesseiro, na hora em que virem que as creches de todo o Brasil estão indo para essa qualidade ruim ou vão inexistir. Eu quero ver o que vai acontecer. Espero que as pessoas ponham a cabeça no travesseiro e durmam bem. Eu não acho que isso vai acontecer.

Outra coisa que o Governo também não consegue responder: hoje, mesmo as creches, vou chamar de creche, é conveniamento, tem lá o supervisor que faz um excelente trabalho e às vezes não dá conta, porque causa de tanta unidade que ele tem para supervisionar. Esse tipo de contrato é privado. O projeto não fala nem que vai aumentar o número dos supervisores, porque não é o supervisor que vai supervisionar isso, porque é um contrato privado da pessoa com a unidade escolar.

E os parâmetros, o projeto tem seis parâmetros que falam enquanto qualidade, que é parâmetro genérico que não fala nada com nada, ou seja, não vai ter supervisão nessas unidades. Eu quero saber como é que se vai dar a questão da qualidade, porque aqui muito se fala assim, eu ouvi a maioria dos vereadores que defendiam falar assim: “Não colocou o direito da criança da primeira infância, isso nós já avançamos”. O CEI, a creche não é um direito só da mãe, é um direito da criança. Agora o argumento que eu ouvi aqui dos vereadores: “Ah, mas as

mães trabalham”. Claro que eu sei que as mães trabalham, mas o engraçado é que a preocupação com as mães, que eu ouvi muitos vereadores falarem aqui, não é a mesma preocupação quando esse governo acabou com as políticas públicas de violência contra a mulher, que ninguém falou nada. (Palmas) É isso que eu acho estranho, porque se a gente realmente está preocupado com a mulher trabalhadora, os vereadores tinham de ser os primeiros a falar que política pública para mulher não vai fechar, vai ampliar. Agora, só que quando convém o discurso muda, e muda porque tem que justificar alguma coisa.

Eu queria que o Ivan falasse, Presidente, porque ele era para fazer o debate aqui com a gente, não conseguiu, eu acho que ele tem alguns elementos importantes de falar.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Registro a presença do Vereador Zé Turin.

Por favor, que falasse só em um minuto, senão o Secretário não fala e aí a gente fica com a audiência prejudicada. Por gentileza.

**O SR. IVAN** – Eu queria agradecer ao Toninho, Professor Toninho, está aqui exercendo o cargo de vereador, mas ele é professor da rede, como eu também, como muitos de vocês e muitas de vocês, professor de matemática da rede, porque ele entendeu a minha agonia de não falar. Imaginem vocês que eu estou vindo do extremo sul para uma audiência pública e vou voltar para o extremo sul, porque tenho um compromisso com meu trabalho, e o Presidente não libera três minutos para eu fazer uma fala; então eu tenho que contar com a colaboração de um companheiro para ter esse mínimo de espaço democrático.

A gente está numa audiência pública, falando de um desvio de verba pública de quase 400 milhões, como o Celso Giannazi colocou; a gente não está falando de pouca coisa. Como o Toninho colocou aqui, vocês estão desviando para a iniciativa privada, Presidente, o que vocês roubaram do nosso salário de 11 para 14%, certo? (Palmas)

O Celso Giannazi eu conheço, porque ele está lá, vira e mexe, no Sarau da Cooperifa, onde eu estou também, então talvez a gente até se encontre hoje, que é terça. O Toninho também me conhece. Bruno, você não me conhece, mas eu te conheço, porque você

tem rede social, você estudou, inclusive você postou uma foto com o Paulo Freire. Minha mãe foi condutora escolar no colégio particular que você estudou também, inclusive uma das irmãs acabou de falecer.

Então eu queria que você colocasse a mão na consciência, porque não são todas as escolas da rede privada que têm essa mentalidade capitalista, e você não estudou numa delas. Você, vindo do mesmo lugar de onde eu vim, eu acredito que a gente não tenha essa premissa dentro da nossa formação, então eu queria que você colocasse... Ainda mais porque você, quando entrou na Secretaria, fez questão de colocar a foto como Paulo Freire, você foi a criança do Santa Maria que foi cumprimentar Paulo Freire, certo?

Nosso presidente aqui, que eu sou filiado no Simpeem e na Aprofem, o nosso presidente do sindicato, Vereador, ele gosta muito de falar, mas quem recebeu esse jornalzinho aqui em casa falando do congresso do Simpeem? “O 30º Congresso de Educação do Simpeem ratifica o plano de lutas da categoria”. Desculpa, Claudio, eu vou falar inclusive isso na reunião de representantes. Vou falar aqui também e vou falar lá, porque... Sabe o que eu vou falar aqui, família? Porque não teve plano de luta ratificado no congresso do Simpeem, não teve votação. Meteram um *show* do Jorge Aragão ali antes da votação. Então é muito complicado.

E eu não fui eleito, então eu sou muito tranquilo com isso. As representantes da minha EMEI que foram eleitas falaram isso, aí eu coloquei para as lideranças das outras correntes alguma coisa que parecia absurda, como que em todo o momento, desde o congresso até agora, não foi falado disso, e aí de repente sai no jornal, chega em casa, algo como se tivesse... uma mentira, porque é difícil falar essa palavra aqui.

E, para concluir, é muito verdadeiro isso que eu vou falar, gente. Como dizia a Professora Lisete Arelaro, que coordena um grupo de pesquisa do qual faço parte, recordar é viver. Você não me conhece, Ricardo Nunes, mas eu o conheço. Sabe por quê? Porque eu estava aqui na votação do Plano Municipal de Educação há alguns anos e quando eu falei que você tinha 15 creches conveniadas, que era a informação que tinham me passado, você

desligou esse microfone, apontou, deu um sorrisinho para a minha cara e falou: “eu tenho 30”.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. IVAN** – Então, gente, a gente não está falando isso aqui no abstrato, estamos falando isso aqui no concreto. Vocês estão roubando verba pública para a iniciativa privada, porque se não são vocês, são os colegas de vocês que estão fazendo isso. É disso que a gente está falando, gente. É uma coisa muito séria. A gente está falando de praticamente um roubo deliberado e é a respeito dos nossos salários que a gente está falando.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Ok, obrigado. Seu nome é? Ivan do quê, só para eu colocar aqui.

**O SR. IVAN** – Ivan, do Fórum Paulista de Educação Infantil. O Fórum Paulista de Educação Infantil deveria, inclusive, ser chamado para essas audiências. Como o Toninho colocou, é gente que está no G1 de escola, é professora de universidade. Nós participamos do movimento interfóruns de educação infantil no Brasil, que não está sendo escutado.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Agradeço. Só para lhe falar sobre as inscrições, Ivan, ficamos uma hora com as inscrições abertas. Vereador André Santos, eu pediria encarecidamente para concluirmos para o Secretário poder falar. Temos dois minutos para o Secretário.

Vereador André Santos.

**O SR. ANDRÉ SANTOS** – Boa tarde a todos. Quero parabenizar, especialmente a D. Norma, porque ela falou algo importante, que é a condição de poder falar. A senhora mencionou a respeito disso e essa audiência pública permite exatamente essa liberdade para cada um falar o que acredita, para cada um expor a sua situação e é importante que vocês estejam aqui. Aquelas pessoas que nos assistem também, quando houver alguma situação referente à Cidade, venham e peçam a chance de falar.

Como o Turim vai ter de falar e eu tinha outras questões a mencionar, hoje quero falar especialmente a respeito do Claudio Fonseca. Seria uma injustiça, eu não sou ligado a nenhum sindicato, alguém falar que o Claudio Fonseca não luta pela classe, porque estivemos

semana passada na reunião do Colégio de Líderes, até foi na sala da Presidência e houve uma discussão muito ampla, encabeçada pelo Claudio Fonseca, buscando exatamente defender os interesses da classe. Então, estamos colocando isso aqui e deixando claro que é legítimo cada um falar no que acredita, as suas insatisfações. Mas, deixar claro também que seria injusto dizer que o Claudio Fonseca não é um representante, de jogar toda a responsabilidade de uma eventual aprovação desse projeto nas costas dele. Ele é um Vereador apenas e esta Casa, democraticamente falando, tem 55 Vereadores que também têm o dever e o poder de decidir em relação ao que deve votar.

Então, Claudio Fonseca, fica aqui o meu encerramento de fala, deixando claro a você que não faço parte do seu sindicato, tem questões que você defende que muitas vezes são contrárias ao que a gente acredita, mas queremos pontuar isso.

Finalizando, falar sobre o Secretário Bruno Caetano, que com o primeiro Secretário da Educação que tivemos aqui, quantas vezes tentamos falar com ele e não conseguimos. O segundo Secretário ficou muito pouco tempo, nos atendia muito bem e ele faz a mesma coisa hoje.

Então, se há questões que alguns não concordam, volto a dizer, é legítimo, mas eu quero parabenizar por estar aqui ouvindo as pessoas, porque tem gente aqui trazendo situações importantes para a cidade e, é claro, que continue atendendo, dando essa atenção que a cidade precisa e as pessoas com respeito à educação.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Tem a palavra o Vereador Fabio Riva.

**O SR. FABIO RIVA** – Boa tarde. Vou ser muito breve e eu vou falar sobre a questão, uma palavra que o Vereador Claudio Fonseca, colocou várias vezes na sua fala. É coerência. A gente não pode aqui na Câmara Municipal, sou testemunha do episódio de 2001, porque eu era assessor do recém-eleito, Vereador Marcos Zerbini, e acompanhei toda a sua trajetória dos projetos da época da Prefeita Marta Suplicy e acompanhei esse trabalho.

O que eu entende e vejo que é legítimo o pleito do sindicatos, a defesa da escola

pública de qualidade, a da direta, acho que avançamos ao longo dos anos e através, inclusive, de fazer menção, não gosto muito de ficar olhando para o passado, até porque a própria Câmara Municipal, os Anais desta Casa e os projetos apresentados pelos Vereadores ficam registrados aqui e nascem de um desejo, de uma vontade porque, desde o momento que chegou para esta casa o projeto Mais Creche e o Bolsa Primeira Infância, o primeiro papel que fiz não foi entender aquilo que era o desejo do Governo, mas entender a necessidade das pessoas. Quem está lá na periferia, onde eu ando, e ando bastante, é só acompanhar, porque eu sou de movimento de moradia e sei muito bem que se o poder público fizesse o que realmente está na Constituição, não tinha movimento de moradia, como temos várias alternativas na questão educacional. Eu sofro por isso. Sofro e sofro muito.

Agora, a mãe que está lá, que eu perguntei no final de semana, o que ela quer é que o filho dela tenha uma alternativa, seja na direta, indireta, conveniada, ou até numa filantrópica. Ela quer uma alternativa para que possa ter condições de voltar a trabalhar, de poder ajudar na subsistência da própria casa. Vejo que esta questão, mesmo fazendo a defesa de cada classe aqui, temos que olhar o clamor das pessoas que mais precisa, que precisam que seus filhos tenham alternativa.

A escola é um direito da criança e o Estado, dentro da sua possibilidade, tem que criar alternativas para minimizar esse impacto. Pessoal, me deixem terminar porque se não vocês não vão entender a questão da coerência, que muitas vezes, vocês não entendem o por que. Alguns projetos que antecederam e são de 2008, 2009, e aí não quero entrar numa discussão de qualidade...

- Manifestação do público.

**O SR. FABIO RIVA** – Deixem-me explicar, eu ouvi atentamente, não me manifestei e gostaria de ter o respeito, inclusive, de professores que estão aqui. Quando a gente começa a fazer uma competição e dizer de qualidade, eu também quero que todas as escolas tenham a qualidade da administração direta, isso é reconhecido, temos que ter um papel também de fiscalizar isso. Não é só quem é da rede, quem não é, acho que esse é o papel de todo mundo.

Buscar isso é um dever de cada um de nós, mas não podemos ficar criando barreiras, e eu ouvi de algumas conveniadas que estiveram no meu gabinete e outras pessoas que vieram de escola particular, falando de o porquê de estarem fazendo essa discriminação, dizendo que a gente não presta um serviço de qualidade.

Eu acho que essa é uma avaliação que precisamos ter essa palavra que uso que é a coerência. Porque um é melhor do que o outro? Ninguém é melhor do que ninguém, o que precisamos é estarmos juntos e termos uma política de educação infantil que seja colocada em todas as escolas, ou seja, em todas as CEIs mesmo nas diretas, nas indiretas, nas conveniadas, ou nessas particulares.

É difícil o debate até porque a gente vem aqui enxugando gelo, infelizmente há muitos anos, quando a gente fala desse déficit. As alternativas precisam ser analisadas como alternativas e não como concorrentes ou adversárias. Acho que essa é a coerência e, por isso, que o respeito aos Vereadores do PT, há projetos aqui que queríamos entender qual é a iniciativa quando eles tiverem, que é meritória sim, respondeu. Então, o fato de retirar, Claudete, não tira aquilo que foi o coração daquilo que você quer expressar num projeto de lei. É isso que vale. O que vale na expressão de quando você apresenta um projeto de lei é um desejo. Se esse desejo ele retirou. Vocês sabem que tenho uma boa interlocução com todos aqui, inclusive, com o Celso, o Toninho, e perguntei as razões, porque a gente precisa criar convicções para que cada vez mais possamos ter certeza daquilo que você vai votar. Ali nasceu de um desejo. Ele retirou agora e foi recente que pediu a retirada, inclusive, ele me disse isso, não teve a votação, mas os outros projetos que tem o mesmo objeto...

**O SR. TONINHO VESPOLI** – Mas o debate aqui são os Vereadores do PT? Não estou entendendo.

**O SR. FABIO RIVA** – Vereador Toninho, V.Exa. chegou depois, não ouviu todas as falas e eu estou aqui desde o início. Só estou falando aqui sobre uma questão de coerência. V.Exa. sabe muito bem que ouço muito bem e estou aqui desde o começo. Por isso que falei que minha palavra é coerência, não estou aqui discutindo “a” ou “b”, eu só estou dando



exemplos porque parece que quando nasce um projeto e muitas vezes o próprio autor é convencido de que aquilo não é verdade, não é retirar, pessoal, eu não estou dizendo... acho que isso vale também. Eu acho que vale também essa intenção, mas quando você vem e apresenta um projeto e faz ele tramitar, existe uma coerência daquilo que foi o desejo que chegou ao Vereador e aquilo que ele entendeu como verdadeiro.

- Manifestação do público.

**O SR. FABIO RIVA** – Então, porque ele apresentou o projeto? Então está bom, mas nós vamos retirar o projeto do Executivo, só para concluir, já aprovamos o projeto em primeira, e vou conclamar aqui o voto favorável ao projeto.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Tem a palavra o Vereador Zé Turin.

**O SR. ZÉ TURIN** – Bom dia a todos. Quero agradecer o Vereador Ricardo Nunes que está presidindo essa audiência pública, cumprimentar os demais colegas Vereadores aqui dessa Comissão, também nosso Secretário Bruno Caetano. Pessoal, todo e qualquer projeto...por favor vocês são educadores e eu peço um pouco de respeito e um segundo para que eu possa falar. Posso?

Eu sou um grande apoiador dentro da área social, a educação começa de Casa, parabéns a vocês que tem feito um trabalho excelente no município de São Paulo, sejam concursados ou não, aqui quanto às creches não sou contra ao projeto Mais Creche, não sou contra, embora, eu tenha pedido ao Secretário e venho pedindo a todos os colegas da Casa para que, primeiramente, vamos priorizar as indiretas, diretas, onde de fato não tiver condições de estarem lá um prédio para absorver uma demanda tão pequena, aí sim iremos contemplar as escolas privadas. Não sou contra, Santo Amaro, na área central onde moro, não tem demanda suficiente para instalar um prédio, e ter todo um curso, então, eu não sou contra. A única coisa que pedi ao Secretário, estou preparando um substitutivo para que dê preferência, em primeiro lugar, para as creches indiretas e depois não absorvendo essa demanda vamos sim sermos atendidos pelas escolas privadas. Também para que as celebrações dos contratos, bem como as indicações de imóveis, para que possam ser retirado esse poder das DREs e

passar para a Secretaria de Educação.

Vamos deixar os diretores regionais de ensino fazer aquilo que eu tenho acompanhado, que tem feito um trabalho muito bom, que é fiscalizar, e acompanhar o trabalho pedagógico, mas no que diz respeito à assinatura de convênios que possa o Secretário trazer de volta para a Secretaria de Educação. Essa é a minha opinião.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Tem a palavra o Sr. Secretário Bruno Caetano. Lembro que tivemos 21 pessoas inscritas que se manifestaram.

**O SR. BRUNO CAETANO** – Pessoal, vou tentar fazer uma fala muito breve aqui, muito ponderada, em respeito a todos vocês aqui, ouvimos atentamente e anotei todas as observações, quero cumprimentar a todos que me antecederam na fala, a Ana, Margarida, Maciel, Margarete, Luci, Cristian, Soraia, Anelice, um representante que não pude anotar o nome, pediu ponderação, Verusca, Alice, os Vereadores que puderam se manifestar sobre o projeto, Vereadores Claudio Fonseca, Giannazi, Toninho Vespoli, André Santos, Fabio Riva, Zé Turin, Ricardo Nunes, que preside essa sessão. Uma fala de ponderação, em relação aos argumentos aqui colocados. Estamos absolutamente seguros, o governo, sobre a legalidade do projeto. É evidente que todos os cuidados foram tomados antes de o texto ser encaminhado à Câmara Municipal. A manifestação clara da procuradoria Geral do Município em relação à constitucionalidade e a legalidade desse projeto. A manifestação clara da Secretaria Municipal de Educação. Esse projeto inclusive foi apresentado a sua ideia ao comitê que acompanha a abertura de vagas em CEIs na cidade de São Paulo, ao Tribunal de Justiça, ao Desembargador que preside esse comitê e acompanha o trabalho da Secretaria Municipal de Educação.

Estou absolutamente seguro e a Prefeitura de São Paulo absolutamente segura da constitucionalidade e legalidade da iniciativa. Mais ainda porque no ponto aqui indicado no artigo terceiro, parágrafo terceiro, em que autoriza a Prefeitura de São Paulo na impossibilidade de encontrar vagas em escolas inscritas no artigo 213 da Constituição confessionais, filantrópicas, e sem fins lucrativos, a Prefeitura fica autorizada a contratar vagas

em instituições privadas, mas sem valer-se da verba da educação inscrita no artigo 213. A Prefeitura teve inclusive esse cuidado de não misturar recursos da educação, manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do artigo 213 de Constituição, com a aquisição de vagas em instituições privadas.

Dito isso, falo em relação também à questão da qualidade da fiscalização, que foi um ponto recorrente para fazer um resumo bem curtinho aqui dessa audiência pública. Estamos também seguros da capacidade da Prefeitura de São Paulo de acompanhar e de fiscalizar essas instituições.

Senhores, eu ouvi atentamente, agora peço um pouco de atenção. Essa fiscalização e supervisão vai se dar em vários momentos. Conforme consta do próprio projeto de lei, do texto do projeto de lei. Na entrada, na fase de credenciamento, portanto, temos a garantia de que aquela instituição que, na aprovação desse projeto, se juntará a nossa rede na oferta de vagas às nossas crianças ela terá a qualidade necessária de saída. E é por isso que esse projeto não é um voucher, por isso que esse projeto é aquisição de vagas mediante a prévia aprovação da Prefeitura de São Paulo, da Secretaria de Educação, nos termos do Plano Municipal de Educação, nos termos inscritos no próprio projeto de lei, com as condições estabelecidas a essas instituições. São pré-requisitos insuperáveis. Se essas instituições não preencherem esses pré-requisitos, sequer cadastradas serão.

É evidente que depois de cadastradas aquelas que superarem essas barreiras inscritas no projeto de lei, inscritas no plano municipal de educação, elas serão fiscalizadas e supervisionadas pela Secretaria de Educação. Finalizo dizendo que mais uma vez esse projeto não é excludente, esse projeto é complementar. Ele não retira um real sequer da manutenção e desenvolvimento do ensino. Ele não retira a atenção da Prefeitura de São Paulo na expansão das nossas redes, na expansão da rede direta. Depois, de muitos anos o Prefeito Bruno Covas expande a rede direta. Ela não retira recursos da expansão da rede indireta. Já foram quase 60 mil novas vagas criadas. Até o final do ano que vem serão 85 mil novas vagas criadas nas nossas redes existentes, mas ela representa uma esperança para muitas famílias. Esse texto,

os dois projetos inclusive, o Bolsa Primeira Infância e o projeto Mais Creche representam um alento as mais de 75 mil famílias que estão na fila.

Quero ler um trecho de um editorial publicado no jornal *Folha de S. Paulo* na semana retrasada que elogia o texto do projeto. O editorial diz o seguinte: “creche para todos, prefeitura paulistana faz bem em buscar um novo modelo para criança de até três anos.” e daí ele descreve as questões dos desafios da fila e diz: “diante desse cenário é positivo que a Prefeitura paulistana se mostre disposta a propor e testar o modelo que pode minorar o problema, a compra direta de vagas em creches particulares” e finaliza: “a partir da experiência empírica cabe aos gestores públicos desenhar modelos com flexibilidade para ampliar a criação de vagas, com ou sem a participação da iniciativa privada e não deixar que as crianças dessa faixa etária tão vulneráveis fiquem para trás.”

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Declaro concluída a 2ª audiência pública ao PL 754/2019, em que tiveram 21 contribuições e inscritos que falaram.

Passemos ao próximo item. Está aberta a audiência pública do PL 698/2019, do Executivo, que cria o triangulo SP. Está presente o Secretário Adjunto, Junior, da Secretaria de Turismo. Questiono se existe algum inscrito. Nenhum inscrito. Declaro realizada e concluída a primeira audiência pública do PL 698/2019, do Executivo. Marcaremos a segunda audiência pública que será publicada no *Diário Oficial*.

Passemos ao próximo item. Está aberta a audiência pública do PL 723/2019, do Executivo, que autoriza o Poder Executivo a contratação de operações de crédito para financiar a execução de projetos de investimento no município de São Paulo. Vereadora Rute Costa.

Questiono se existe algum inscrito. Nenhum inscrito. Declaro realizada e concluída a primeira audiência pública do PL 723/2019, do Executivo. Marcaremos a segunda audiência pública que será publicada no *Diário Oficial*.

Concluídas as audiências públicas dos PLs: 754/2019, a segunda; 762/2019, a segunda; 698/2019, a primeira; 723/2019, a primeira. Nada mais havendo a ser tratado, declaro

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**  
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4  
**NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO**

REUNIÃO: **17779** DATA: **03/12/2019** FL: **60** DE 60

---

encerrados os trabalhos.

---